



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Planejamento e Gestão

Relatório de Gestão

Exercício de 2003

BRASÍLIA-DF
2004

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Internet: www.tcu.gov.br

Setor de Administração Federal Sul, quadra 4, lote 1

CEP:70042-900 - Brasília - DF

Elaboração

Secretaria de Planejamento e Gestão

Secretário

Mauro Giacobbo

Diretor Técnico

Alessandro Giuberti Laranja

Equipe responsável

Domarques Borges Santos

Leonard Renne Guimarães Lapa

Martinho Shintate

Revisão

Gabinete do Presidente

Secretário da Presidência

Paulo Nogueira de Medeiros

Copidesque

Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório de gestão: exercício de 2003. – Brasília : TCU,
Secretaria de Planejamento e Gestão, 2004.

65 p.

1. TCU - Relatório de Gestão (2003). I. Título.

SUMÁRIO

	Página
Apresentação	7
1. Controle Externo	11
1.1. Ações de controle externo	11
1.1.1. Contas	13
1.1.2. Cobrança executiva	15
1.1.3. Fiscalizações.....	16
1.1.4. Atos de admissão de pessoal e de concessão.....	17
1.1.5. Recursos.....	18
1.1.6. Denúncias, representações e consultas.....	19
1.1.7. Avaliação de programas de governo.....	20
1.1.8. Contas de governo.....	22
1.2. Relacionamento com o Congresso Nacional	22
1.2.1. Apoio a Comissões do Congresso Nacional	22
1.2.2. Fiscalização de obras públicas	24
1.3. Parcerias e relacionamento institucional	26
1.3.1. Relacionamento com autoridades.....	26
1.3.2. Interação com o Controle Interno.....	27
1.3.3. Gestores públicos	27
1.3.4. Sociedade	28
1.3.5. Outras instituições.....	29
2. Planejamento e Gestão	33
2.1. Planejamento Estratégico	33
2.2. Diretrizes de 2003	34
2.3. Diretrizes para 2004.....	35
3. Gestão de Pessoas	37
3.1. Quadro de pessoal	37
3.2. Qualidade de vida no trabalho	38
3.3. Política de treinamento e desenvolvimento	39
4. Gestão de Projetos	41

	Página
5. Recursos Orçamentários e Financeiros	45
5.1. Orçamento de 2003	45
5.2. Proposta orçamentária para 2004	49
5.3. Racionalização de custos administrativos	49
6. Tecnologia da Informação	51
7. Divulgação Institucional	55
8. Resultados das Ações de Controle	57
9. Conclusão	65

QUADROS

1 – Processos autuados.....	11
2 – Processos julgados	12
3 – Condenações e sanções aplicadas	14
4 – Processos remetidos para ajuizamento.....	15
5 – Atos de pessoal apreciados	17
6 – Recursos apreciados	19
7 – Motivos de provimento de recursos	19
8 – Programas fiscalizados e apreciados	21
9 – Obras Fiscalizadas.....	24
10 – Obras constantes na LOA com indícios de irregularidades	25
11 – Quadro de pessoal do Tribunal	37
12 – Projetos em andamento	42
13 – Execução orçamentária por natureza da despesa	45
14 – Execução orçamentária por projeto e atividade.....	46
15 – Execução orçamentária por natureza de despesa	48
16 – Acesso a sistemas informatizados externos.....	52
17 – Resultado do TCU.....	58
18 - Índice de apreciação de processos definido no PPA	63

GRÁFICOS

Página

1 – Distribuição dos processos apreciados	13
2 – Montante de condenações	14
3 – Evolução das fiscalizações	16
4 – Fluxo de atos de pessoal	18
5 - Recursos apreciados e recursos interpostos.....	18
6 – Processos de denúncia, representação e consulta apreciados.....	20
7 – Execução orçamentária - 2003.....	46
8 – Dotação x execução.....	48
9 – Percentual de alcance de metas	58
10 – Total de processos apreciados conclusivamente (exceto pessoal)	59
11 – Processos de contas autuados em 2002 apreciados conclusivamente.....	59
12 – Processos de fisc. autuados em 2001 e 2002 apreciados conclusivamente	60
13 – Processos de fiscalização autuados em 2003 apreciados conclusivamente	60
14 – Recursos apreciados conclusivamente	60
15 – Outros processos de controle externo apreciados conclusivamente	61
16 – Atos de pessoal apreciados conclusivamente	61
17 – Fluxo de atos com parecer do controle interno pela ilegalidade.....	62
18 – Homens-dias de fiscalização.....	63
19 – Evolução do índice PPA.....	64

Apresentação

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Apresento a Vossas Excelências o relatório de gestão desta Presidência à frente do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2003, consoante o art. 28, inciso XLII, do Regimento Interno.

Registro que a atuação do Tribunal, em 2003, alcançou patamares satisfatórios. Mesmo em face do rigoroso desafio estabelecido na fixação das metas de desempenho, o índice de cumprimento foi expressivo. Dos objetivos traçados para o exercício, 50% foi alcançado ou superado, e o restante teve alcance bem próximo do fixado.

Atento ao panorama que se vem delineando para as organizações públicas, o Tribunal tem-se empenhado em agir proativamente e intensificar a cultura da atuação por resultados. Assim é que, no último exercício, foi fortalecido e aprimorado o sistema de planejamento institucional, com o escopo de ampliar e aperfeiçoar a capacidade de atender às necessidades do Congresso Nacional e da sociedade.

Foi aprovada nova versão do plano estratégico do TCU, que contempla as principais orientações corporativas para o período de 2003 a 2007. O plano foi revisto com base em diagnóstico institucional que considerou variáveis internas e externas e tem como prioridades a inovação na forma de atuação e a ampliação do uso da tecnologia da informação.

Esse esforço redundou em uma série de ganhos para o Tribunal. O quantitativo de processos encerrados praticamente dobrou em relação ao observado em 2002. O tempo médio de resposta às demandas apresentadas a este Órgão teve redução considerável. O estoque de processos diminuiu significativamente. Graças à mobilização de forças empreendida nos últimos anos, pode-se dizer que alcançamos o equilíbrio entre o fluxo de demandas e de atendimento. A contínua monitoração da situação dos processos por parte dos gabinetes de autoridades e secretarias foi fundamental para o alcance desse intento.

No que tange à área administrativa, o quantitativo de processos encerrados em 2003 duplicou em relação ao verificado em exercícios anteriores.

Atualmente, o número de processos armazenados não representa grande problema. A distribuição por unidade e o tempo em estoque, contudo, exigem vigilância e atenção.

Registro, também, a realização de 1.102 fiscalizações, das quais 37% decorrentes de solicitações do Congresso Nacional.

No que concerne a auditorias em obras públicas, em 29/9/2003 entreguei à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, conforme o disposto no art. 94 da Lei nº 10.707, de 2003, o relatório sintético dos levantamentos de auditorias em mais de 400 empreendimentos, abrangendo R\$ 14,4 bilhões de crédito orçamentário. Desse total, 170 obras apresentaram indícios de irregularidades graves.

Em 2003, as mudanças implementadas na administração pública reafirmaram a propensão ao surgimento de novas áreas de controle com elevado grau de complexidade e acelerada inovação.

Para enfrentar tal desafio, procurei consolidar e fortalecer a gestão de projetos no TCU. Dos 10 que foram encerrados no período, vários já apresentaram resultados relevantes, tais como: a significativa redução dos prazos para encaminhamento de cobranças executivas, a quintuplicação da capacidade de processamento de atos de pessoal (de 20.000 para 100.000 por ano) e o estabelecimento de controle mais eficaz sobre os ativos da Empresa Gestora de Ativos.

Adicionalmente, autorizei o início de 14 novos projetos que passaram a compor o total dos 17 em andamento ao final de 2003. Entre eles, o amplo programa de modernização do Tribunal, financiado em parte com recursos do BID, deverá aumentar substancialmente a capacidade desta Casa de fiscalizar e prevenir desvios e fraudes.

Destaco a aprovação do Roteiro de Auditoria de Conformidade, por meio da Portaria-TCU nº 90/2003, em consonância com o objetivo estratégico de cumprir, com tempestividade e qualidade, as competências desta Corte de Contas. Sua utilização pelo corpo técnico permitirá otimizar os resultados dos trabalhos de campo e reduzir o tempo de tramitação dos processos decorrentes de fiscalizações.

No que se refere à cobrança executiva, foi implantada a interface Cbex-AGU, que possibilitará o acompanhamento, por parte do Tribunal, das ações de execução ajuizadas pela Advocacia-Geral da União, decorrentes de acórdãos condenatórios proferidos pelos Colegiados desta Instituição.

No campo da tecnologia da informação, o TCU passou a contar com equipamentos mais modernos em sua rede de computadores. Novos sistemas eletrônicos foram desenvolvidos para o controle externo e implementadas melhorias ou criadas funcionalidades nos que já eram utilizados. A integração com os sistemas eletrônicos do Governo Federal foi ampliada, com o protocolo de acesso a outros, como a interface CBEX-AGU.

Ressalto as contínuas iniciativas capitaneadas pelo Instituto Serzedello Corrêa quanto ao treinamento e à capacitação, com a oferta de cursos de pós-graduação, tanto na área de gestão como na de controle externo.

Para a capacitação e o desenvolvimento do corpo técnico, visando ao aumento da produtividade e da qualidade das ações de controle, o ISC promoveu 215 eventos de

capacitação, com 4.856 vagas, perfazendo carga horária total de 8.825 horas de treinamento.

Relativamente ao controle externo, foi garantida a participação de servidores das Secex estaduais em três módulos de especialização: regulação de serviços públicos concedidos, análise e avaliação da gestão pública e auditoria governamental. Também foram proporcionados treinamentos específicos em apoio direto às atividades de fiscalização, a exemplo dos cursos de auditoria operacional e fiscalização de obras.

Autorizei o oferecimento de bolsas de estudo de pós-graduação para Analistas lotados nos Estados, dada a problemática do acesso a tal modalidade de capacitação aos não-residentes em Brasília, propiciando-lhes a participação em cursos de especialização em áreas pertinentes à atividade-fim do Tribunal, de modo a viabilizar a aquisição, produção e disseminação de conhecimentos úteis ao aperfeiçoamento das ações de controle.

O Tribunal conseguiu saldar os passivos decorrentes da URV e equacionar a questão do pagamento da gratificação de desempenho aos aposentados.

No tocante às condições adequadas de trabalho e ao bem-estar dos servidores, várias foram as ações levadas a cabo, entre as quais destaco: ampliação das vagas da garagem; modernização da biblioteca; instituição do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça; renovação da frota de veículos de serviço; reforma da sala do Plenário, do Auditório Ministro Pereira Lira e da fachada do edifício principal da Sede.

Não poderia deixar de assinalar os esforços empreendidos junto ao Congresso Nacional para a aprovação da lei que criou seiscentos novos cargos de Analista de Controle Externo. Demanda antiga desta Casa, a referida norma permitirá, nos próximos anos, um reforço de aproximadamente 60% no contingente de pessoal da área-fim.

A quase totalidade (99%) das obras da nova sede da Secretaria de Controle Externo no Ceará foi executada até o final de 2003, propiciando aos servidores daquela Secex toda a segurança e comodidade de uma construção moderna e funcional.

Este, Senhores Ministros, Senhor Procurador-Geral, é o resumo de minha gestão durante o ano de 2003.

Brasília, 31 de março de 2004.

VALMIR CAMPELO
Presidente

1. Controle Externo

A continuidade do aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e o incremento do diálogo público, com prioridade absoluta para o relacionamento com o Congresso Nacional, constituem fundamentos das ações de controle externo no ano de 2003.

Nos subitens seguintes, ressaltam-se informações sobre a atuação do TCU no período.

1.1. Ações de controle externo

Em 2003, foram autuados 11.823 processos referentes a matéria de controle externo. O quadro nº 1 detalha o número de processos dessa natureza autuados nos últimos três anos.

Quadro nº 1
Processos autuados em 2001, 2002 e 2003

Tipo	2001	2002	2003
Acompanhamento	79	85	49
Admissão de pessoal	679	1.413	1.278
Aposentadoria e reforma	644	700	2.750
Consulta	41	25	27
Declaração de bens e rendas	215	201	199
Denúncia	161	148	187
Prestação de contas	618	1.425	646
Pensão civil	269	181	1.038
Pensão militar	69	132	116
Relatório de auditoria, inspeção e levantamento	658	842	807
Representação	886	896	953
Solicitação do Congresso Nacional	108	32	69
Solicitação	781	531	606
Tomada de contas	1.393	1.397	1.429
Tomada de contas especial	611	911	1.530
Outros processos ¹	21	38	139
Total	7.233	8.957	11.823

No exercício, houve crescimento de mais de 40% no número de autuações de processos, quando comparado à média dos dois anos anteriores. Contribuiu especialmente para isso a elevada autuação de processos de

¹ Comunicação, contratos e convênios, desestatização e monitoramento, ações judiciais, mandado de segurança.

concessão de aposentadorias, reformas e pensões e de tomadas de conta especiais.

Não obstante o aumento da carga de trabalho do Tribunal, foi mantida a tendência de diminuição gradual do estoque de processos, resultante da política de estabelecimento de metas de desempenho e do implemento de melhorias na forma de trabalho.

O TCU julgou 12.703 processos em 2003. O quadro nº 2 apresenta, por classe de assunto, as quantidades de processos julgados pelo Tribunal no último triênio.

Quadro nº 2
Processos julgados/apreciados

Classe de Assunto	2001	2002	2003
Levantamentos, inspeções e auditorias	665	949	933
Tomada e prestação de contas	1.551	2.413	2.184
Tomada de contas especial	1.794	1.628	1.299
Admissão de pessoal	1.301	2.881	1.720
Aposentadorias	4.061	3.166	2.865
Pensões civis	902	920	1.171
Pensões militares	106	109	139
Reformas	35	28	23
Consultas	21	19	28
Denúncias	98	138	138
Recursos	854	1.144	1.084
Representações	510	695	836
Administrativos	54	85	84
Solicitações do Congresso Nacional	67	52	55
Outros assuntos	153	149	144
Total	12.172	14.376	12.703

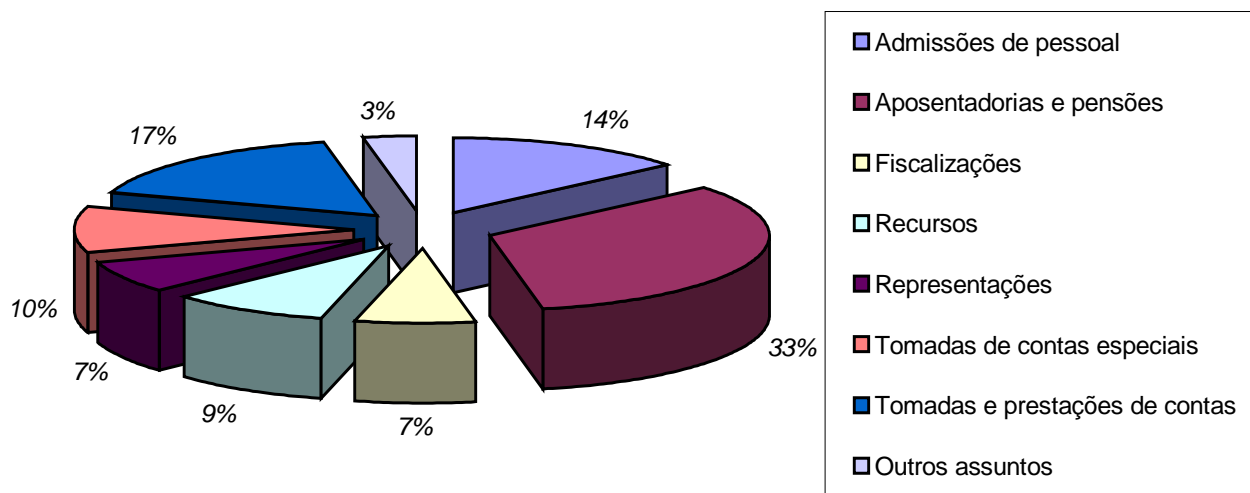
O decréscimo da quantidade de processos julgados ou apreciados verificado em relação a 2002 deve-se, essencialmente, ao declínio na apreciação de processos de pessoal. Desde o exercício de 2001, o TCU implantou melhorias nas atividades de apreciação de processos de pessoal, o que resultou no aumento considerável da quantidade apreciada e na conseqüente redução dos estoques desses processos.

Paralelamente, foi estabelecida prioridade na apreciação de atos de pessoal com indícios de irregularidade, o que torna o trabalho mais complexo e demanda mais esforço. No ano, foram considerados ilegais e recusado o registro de 1.079 atos, contra 107 em 2001. Adicionalmente, têm sido investidos mais

esforços na realização de auditorias nessa área. Em 2003, foram realizadas 20 fiscalizações, contra 8, em 2002.

O gráfico nº 1, a seguir, retrata o percentual de processos julgados em 2003, por classe de assunto.

Gráfico nº 1
Distribuição dos processos apreciados



1.1.1. Contas

Em 2003, foram julgados 3.483 processos de contas ordinárias e tomadas de contas especiais. No mesmo período, foram autuados 3.605 processos dessa natureza.

Do total de processos julgados, 980 foram pela irregularidade das contas.

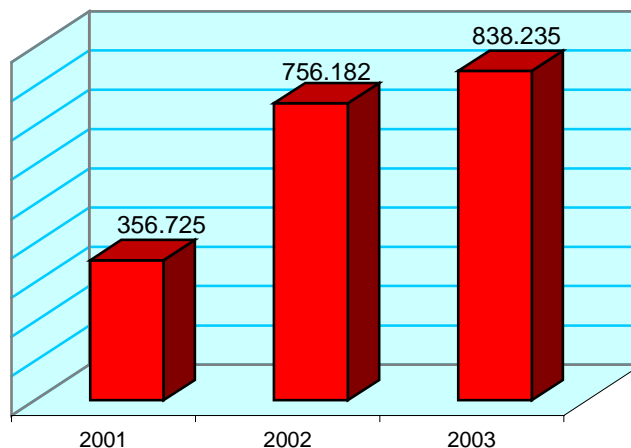
Em relação às condenações provenientes de julgamento de contas irregulares, no ano de 2003, foram condenados 1.135 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito no valor total de R\$ 835.700.740,96, atualizado monetariamente até 31.12.2003. Outras condenações foram aplicadas a 280 responsáveis no valor total de R\$ 2.534.701,79. Os totais referentes às condenações dos períodos de 2000 a 2003 estão demonstrados no quadro nº 3.

Quadro nº 3
Condenações e sanções aplicadas

		Processos	Responsáveis	Valor (em R\$)	Média p/ Resp.
2000	Contas Irregulares	1.157	1.263	72.561.698,00	57.451,86
	Outras Contas	95	192	753.164,07	3.922,73
	Totais	1.252	1.456	73.314.862,08	50.388,22
2001	Contas Irregulares	1.055	1.170	355.181.307,58	303.573,77
	Outras Contas	85	213	1.543.829,73	7.248,03
	Totais	1.140	1.383	356.725.137,31	257.935,75
2002	Contas Irregulares	985	1.418	754.102.940,03	531.807,43
	Outras Contas	124	265	2.079.139,21	7.845,81
	Totais	1.109	1.683	756.182.079,24	449.306,05
2003	Contas Irregulares	866	1.135	835.700.740,96	736.300,21
	Outras Contas	114	280	2.534.701,79	9.052,51
	Totais	980	1.415	838.235.442,75	592.392,54

O gráfico nº 2 apresenta o montante das condenações no período de 2001 a 2003.

Gráfico nº 2
Montante de condenações
(em R\$ 1.000)



Em observância ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, foram remetidas ao Ministério Público da União (MPU), cópias dos autos de 558 processos, envolvendo 777 responsáveis. Ao julgar as contas irregulares, ao constatar dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, o

Tribunal encaminha cópia dos autos para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

No intuito de conferir maior transparência e de facilitar o controle social, foi tornada disponível, para qualquer cidadão, na página do TCU na internet, a consulta aos responsáveis por contas julgadas irregulares, inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal e aos declarados inidôneos para participar de licitação do Governo federal. A providência guarda consonância com a meta de ampliar a divulgação dos resultados das ações de controle do TCU perante a sociedade, os órgãos públicos, o Congresso Nacional e a mídia, conferindo maior transparência à gestão pública - direito do cidadão.

1.1.2. Cobrança executiva

Visando a suprir necessidade de informações do Tribunal e da Advocacia-Geral da União acerca da organização e processamento de cobrança executiva, foi implantada a Interface Cbex-AGU (do Módulo de Acompanhamento de Cobranças Executivas e Ações Judiciais decorrentes – Cbex-Web, extensão do Sistema Processus). A interface possibilitará o acompanhamento, por parte do Tribunal, das ações de execução ajuizadas pela AGU, decorrentes de acórdãos condenatórios do TCU. Esforços serão implementados para que futuramente o recurso seja estendido a outros órgãos executórios, tais como a Caixa Econômica Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Em 2003, foram remetidos para ajuizamento 1.343 processos, envolvendo débitos e multas a serem cobrados no valor total de R\$ 365.397.761,22. O quadro nº 4 mostra a quantidade de processos e valores envolvidos, por ente executor.

Quadro nº 4
Processos remetidos para ajuizamento

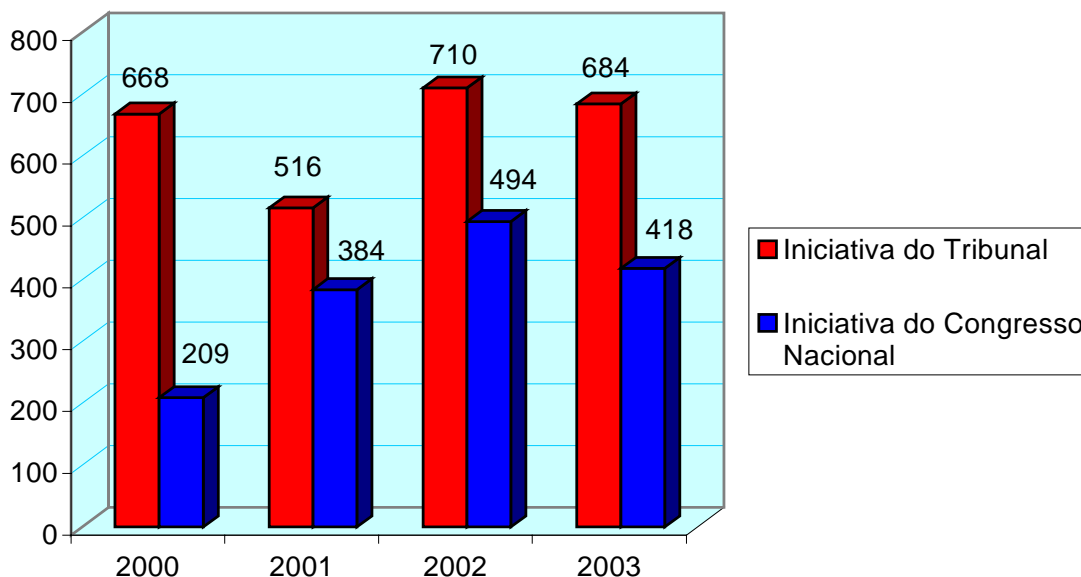
Executor	Processos	% processos	Valores	% valores
AGU	949	71%	279.470.748,14	76%
FNDE	208	15%	37.308.955,38	10%
CEF	53	4%	24.986.792,63	7%
ECT	65	5%	4.429.603,64	1%
BASA	14	1%	11.894.595,25	3%
Outros	54	4%	7.307.066,18	2%
Total	1.343		365.397.761,22	

1.1.3. Fiscalizações

No ano de 2003, foram realizadas 1.102 fiscalizações. Desse total, 418 fiscalizações decorreram de solicitações do Congresso Nacional.

O gráfico nº 3, mostra o quantitativo de fiscalizações realizadas no período de 2000 a 2003.

Gráfico nº 3
Evolução das fiscalizações



A redução no quantitativo de auditorias verificada em 2003 não significou menor alocação de esforços em fiscalização. Em termos de HDF – homens-dias-úteis empregados em fiscalização verifica-se que houve acréscimo da ordem de 10% (de 36.777 HDFs em 2002 para 40.627 HDFs em 2003).

Em 2003, foi dado maior ênfase ao planejamento das auditorias e ao estímulo à utilização de papéis de trabalho nas fiscalizações, como matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados, de responsabilização. Esse estímulo, que teve como marco inicial a edição do Roteiro de Auditoria de Conformidade, aprovado pela Portaria nº 90/2003, induz à realização de fiscalizações mais longas, porém com melhor foco e qualidade.

O Roteiro foi idealizado em consonância com o Plano Estratégico do Tribunal para o período de 2003 a 2007, que definiu como um dos objetivos estratégicos “cumprir com tempestividade e qualidade as competências do TCU”. Os procedimentos e papéis de trabalho definidos no roteiro auxiliarão as equipes de auditoria a estruturarem, de forma lógica e eficiente, o planejamento, a execução e a elaboração do relatório final, de forma a otimizar os resultados dos trabalhos de campo e a reduzir o tempo de tramitação dos processos decorrentes de fiscalização.

Foi realizada, em abril, videoconferência sobre técnica de mapa de processos aplicada à auditoria de natureza operacional, para servidores do TCU e outros órgãos de controle em Brasília e nos Estados. A transmissão foi feita a partir

do Interlegis, em Brasília, para as salas de videoconferência das assembleias legislativas de 22 Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O objetivo foi disseminar conceitos relativos à ferramenta mapa de processos, com vistas à elaboração e utilização da técnica em auditorias operacionais.

A ferramenta mapa de processos consiste na representação gráfica de processo de trabalho, apresentando a seqüência dos passos necessários à consecução de determinada atividade. Essa técnica possibilita a evidenciação da seqüência de atividades, dos agentes envolvidos, dos prazos e do fluxo de documentos em uma organização ou área, permitindo identificar com maior facilidade, oportunidades para a racionalização e aperfeiçoamento de processos de trabalho.

1.1.4. Atos de admissão e concessão

Em 2003, foram apreciados 87.345 atos de pessoal, sendo 44.392 referentes a atos de admissão, 28.897 a aposentadorias e reformas e 14.056 a pensões civis e militares.

O quadro nº 5, a seguir, apresenta a evolução do quantitativo de atos de pessoal apreciados no período de 2000 a 2003.

Quadro nº 5
Atos de pessoal apreciados

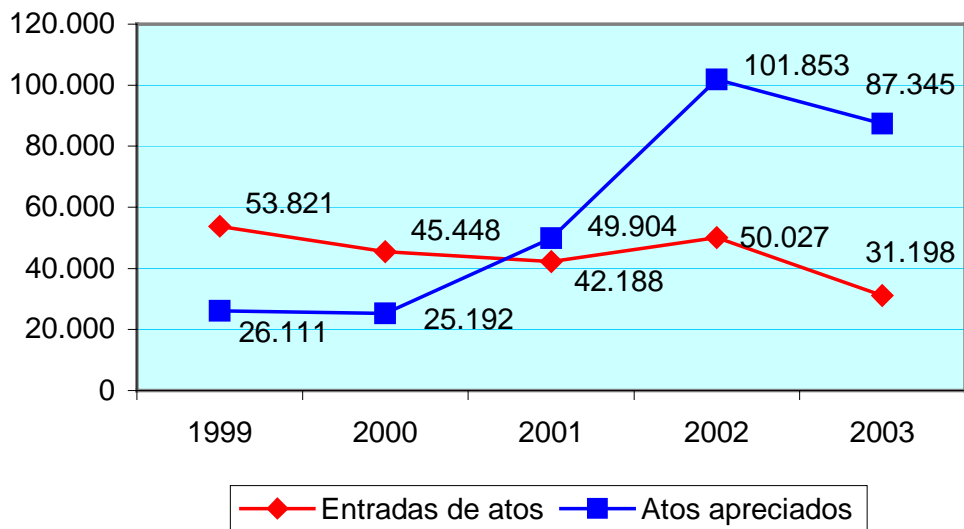
Tipo de ato	2000	2001	2002	2003
Admissão	19.766	32.784	62.868	44.392
Aposentadoria e reforma	3.648	13.698	26.101	28.897
Pensão civil e militar	1.778	3.422	12.884	14.056
TOTAL	25.192	49.904	101.853	87.345

O gráfico nº 4, adiante, apresenta o fluxo de atos de pessoal nos anos de 1999 a 2003. O estoque de atos de pessoal, que havia atingido o nível de 226.302 no início de 2001, teve expressiva baixa nos últimos dois anos. Ao final de 2003 o estoque era de 132.231 atos.

O fluxo de entrada de atos para apreciação é da ordem de 44 mil por ano. A nova sistemática de exame de atos adotada em 2001 permitiu reverter a tendência de formação de estoques até então verificada. Atualmente, o quantitativo de atos apreciados é superior ao fluxo de entrada, o que permite a realocação de esforços. Em 2003, por exemplo, foi possível realizar 20 auditorias na área de pessoal contra apenas 8 em 2002.



Gráfico nº 4
Fluxo de atos de pessoal



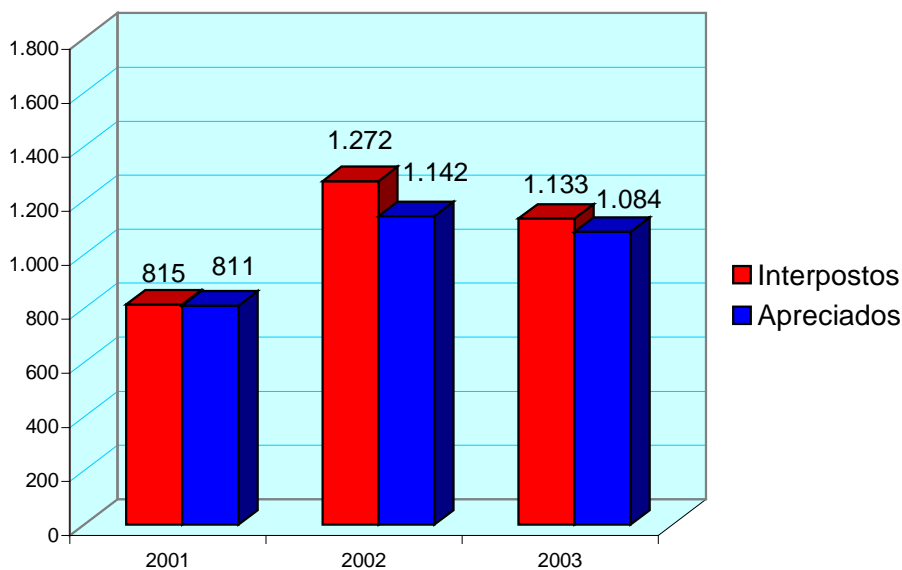
1.1.5. Recursos

A interposição de recursos tem sido crescente nos últimos anos. A despeito das metas de desempenho estabelecidas, a quantidade de recursos interpostos tem sido superior à capacidade de apreciação.

Em 2003, foram apreciados 1.084 recursos, e interpostos 1.133 novos recursos.

Os quantitativos de recursos interpostos e de recursos apreciados no período de 2001 a 2003 estão representados no gráfico nº 5.

Gráfico nº 5
Recursos apreciados e recursos interpostos



Do total dos recursos apreciados em 2003, 31,8% foram providos total ou parcialmente, 49,7% não foram providos e 18,5% não foram conhecidos. O quadro nº 6 apresenta os quantitativos e percentuais de provimento dos recursos apreciados no período de 2001 a 2003 e o quadro nº 7 retrata os principais motivos ensejadores de provimento observados em 2003.

Quadro nº 6
Recursos apreciados

Recursos apreciados	2000		2001		2002		2003	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Providos	235	45,5	255	31,4	342	29,9	345	31,8
Não providos	282	54,5	556	68,6	800	70,1	539	49,7
Não conhecidos	nd	nd	nd	nd	nd	nd	200	18,5
Total	517	100,0	811	100,0	1.142	100,0	1.084	100,0

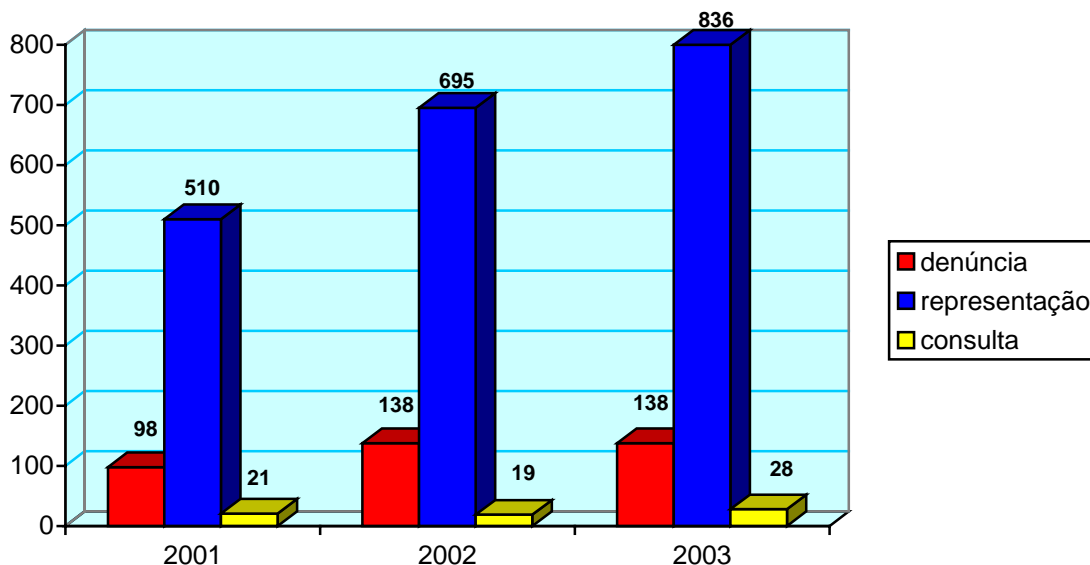
Quadro nº 7
Motivos de provimento de recursos

Principais motivos de provimento	%
Apresentação de novos argumentos ou documentos comprobatórios	37,5
Obscuridade, omissão ou contradição na decisão atacada	26,1
Novo juízo de valor acerca da questão impugnada	23,9
Erro de procedimento	5,7
Novo juízo de valor acerca do quantum da multa aplicada	5,7
Falsidade ou insuficiência de documentos que se fundou a decisão	1,1

1.1.6. Denúncias, representações e consultas

Em 2003, foram apreciados pelo Tribunal 1.002 processos de denúncias, representações e consultas. O gráfico nº 6 mostra o quantitativo de processos desses tipos apreciados nos anos de 2001, 2002 e 2003.

Gráfico nº 6
Processos de denúncia, representação e consulta apreciados



1.1.7. Avaliação de programas do governo

A atividade de avaliação de programas teve início no TCU em 1998, a partir do Acordo de Cooperação Técnica celebrado por intermédio do Departamento para o Desenvolvimento Internacional – DFID do Reino Unido. Inicialmente o acordo teve por objetivo a implantação do Projeto de Desenvolvimento de Técnicas de Auditoria de Natureza Operacional nas áreas de saúde, educação e meio ambiente, com vigência de três anos.

A avaliação de programas é considerada, no âmbito do Tribunal, uma das modalidades de auditoria de natureza operacional.

Em 2001, foi criada a Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. A iniciativa representou a efetiva institucionalização dos trabalhos de avaliação de programas no TCU e o reconhecimento de sua importância para o desempenho das funções de controle.

Em razão dos resultados alcançados pelo projeto de cooperação técnica com o Reino Unido, em 2002, o acordo foi prorrogado até 2007, posteriormente ajustado para 2006, devido a mudanças na política de cooperação técnica do Reino Unido. A segunda fase teve por objetivo intensificar o uso de metodologias de avaliação de programa, com abrangência principal na questão da pobreza e da desigualdade social. Para tanto, foi concebido o Projeto de Aperfeiçoamento do Controle Externo, focado na Redução da Desigualdade Social – Cerds.

Desde o início do acordo, foram fiscalizados trinta e sete programas de Governo, sendo oito em 2003. Os programas fiscalizados em 2003, assim como os apreciados no período constam do quadro adiante:

Quadro nº 8
programas fiscalizados e apreciados em 2003

Programas fiscalizados em 2003	Programas apreciados em 2003
1) Programa Novo Mundo Rural	1) Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
2) Ação Amazônia Solidária	2) Energia das Pequenas Comunidades
3) Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária	3) Saneamento Básico
4) Programa Morar Melhor	4) Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal
5) Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	5) Ação Alfabetização Solidária
6) Programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	
7) Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste	
8) Projeto Agente Jovem	

A metodologia de seleção de programas a serem avaliados é baseada na orientação estratégica adotada pelo Tribunal, que determina a utilização de critérios de materialidade, risco e relevância. Preliminarmente, são realizados levantamentos com o objetivo de conhecer a viabilidade de realização de trabalhos de avaliação.

Em 2003, foram realizados levantamentos de informações em 26 programas relacionados com as funções saúde, assistência social, trabalho, educação, habitação, agricultura, organização agrária, direitos da cidadania comércio, serviços e indústria.

Com base nos estudos de viabilidade são selecionados os programas ou ações governamentais que serão avaliados mediante a realização de auditorias de natureza operacional.

Posteriormente à apreciação dos relatórios de auditoria pelo Tribunal, é realizada a atividade de monitoramento, com vistas a acompanhar o cumprimento das recomendações proferidas pelo TCU. Em 2003 nove programas foram objeto de monitoramento.

No intuito de informar ao Congresso Nacional e de divulgar amplamente os resultados das avaliações de programas realizadas pelo TCU, foram elaborados, em 2003, cinco sumários executivos. Esses documentos são distribuídos aos parlamentares federais, órgãos envolvidos no programa, bibliotecas e outros interessados e estão disponíveis na página do TCU na internet. Em 2003, também foram traduzidos para o inglês e espanhol sete sumários executivos, a fim de divulgar as avaliações de programas em nível internacional.

Em 2003, o TCU recebeu expediente do ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome manifestando interesse no desenvolvimento pelo Tribunal de ações de acompanhamento e controle dos programas de combate à fome. Na oportunidade, foi comunicado que o Tribunal dedicaria atenção especial às ações governamentais nessa área, anunciadas como prioritárias pelo Presidente da República.

Os relatórios de impacto da atuação do TCU sobre os Programas Nacionais de Alimentação Escolar-PNAE, do Livro Didático e de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais revelaram que a média de implementação das recomendações exaradas pelo TCU situa-se em 60%, decorridos três anos da realização da auditoria.

1.1.8. Contas do Governo

Na sessão plenária de 12.6.2003 foi aprovado o relatório e pareceres prévios das contas de governo do exercício de 2002, compreendendo as contas prestadas pelos presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e dos demais Tribunais Superiores do Poder Judiciário, do Conselho da Justiça Federal, do TJDFT e do Chefe do Ministério Público da União.

O relatório e os pareceres do Tribunal foram entregues, em 13.06.2003, ao Presidente do Congresso Nacional.

1.2. Relacionamento com o Congresso Nacional

Fortalecer o relacionamento com o Congresso Nacional é um dos objetivos estratégicos do TCU. A efetividade plena do sistema de controle em um país com dimensões continentais e administração pública de complexidade crescente como o Brasil somente será possível se conjugados os esforços técnicos institucionalizados.

O TCU aprecia, em caráter de urgência, as solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por suas Casas ou Comissões Técnicas ou de Inquérito. No ano de 2003, foram autuados pelo TCU 91 processos de interesse do Congresso Nacional, que envolveram consultas, representações e solicitações de auditorias e de informações. Ao mesmo tempo, o Tribunal apreciou 144 processos de interesse do Congresso Nacional.

1.2.1. Apoio a Comissões do Congresso Nacional

No ano de 2003, em atendimento a solicitações de presidentes de comissões parlamentares de inquérito das Casas Legislativas Federais, foram designados cinco servidores do TCU para auxiliar os trabalhos das seguintes comissões:

- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil – CPMI/Exploração Sexual: 1 analista.
- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5 – CPMI/Banestado: 3 analistas.
- Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal" (CPI/Pirataria): 1 analista.

Durante o ano de 2003, autoridades, dirigentes e servidores do TCU compareceram, a convite, a diversas reuniões e audiências de comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a saber:

- Comparecimento do presidente do TCU, Valmir Campelo, em 28.10.2003, à audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para esclarecer a situação das obras paralisadas no país em consequência de irregularidades apontadas pelo Tribunal e também esclarecer a situação das obras públicas que foram consideradas irregulares.
- Comparecimento do presidente do TCU, Valmir Campelo, em 8.10.2003, à audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, para exposição a respeito da área de atuação do Tribunal.
- Depoimento do ministro do TCU, Adylson Motta, em 15.7.2003, na CPMI do Banestado, sobre resultados da auditoria para apurar utilização irregular de contas CC-5.
- Comparecimento do procurador-geral do MP/TCU, Lucas Rocha Furtado, em 4.12.2003, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para participar de debate acerca de denúncia de contratações, sem licitação, dos serviços de assistência à saúde e assistência social da Fundação de Seguridade Social – Geap.
- Participação do procurador-geral do MP/TCU, Lucas Rocha Furtado, em audiência, no dia 26.6.2003, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com a finalidade de discutir a questão dos condomínios situados em terras públicas no Distrito Federal.
- Apresentação do secretário-geral de controle externo do TCU sobre o Tribunal e seu funcionamento, em 2.2.2003, aos parlamentares novos que assumiam os mandatos pela primeira vez em 2003, em evento promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento –

CEFOP da Câmara dos Deputados, no auditório do Espaço Cultural daquela casa.

- Participação da secretária de avaliação de programas de governo e do secretário-adjunto de fiscalização, em 3.4 e 6.6.2003, em reuniões com consultores legislativos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para tratar de assuntos relativos à divulgação, no âmbito das Casas Legislativas, das auditorias realizadas pelo TCU em programas de governo.
- Audiência do secretário de fiscalização de desestatização em 3.7.2003, com o deputado Daniel Almeida, que estava, à época, recolhendo assinaturas para instalação da CPI da Anatel.

1.2.2. Fiscalização de obras públicas

Desde 1997, o Tribunal vem realizando fiscalizações específicas em obras públicas custeadas com recursos federais. Os resultados são encaminhados ao Congresso Nacional para subsidiar a elaboração da lei orçamentária anual.

Como consequência, a partir do ano de 1999, na lei orçamentária anual figura um quadro específico com a relação de obras e serviços com indícios de irregularidade grave, cujo envio de recursos fica condicionado à adoção de medidas saneadoras. Na Lei Orçamentária para 2004, a relação consta do quadro VII.

Em 2003, foram fiscalizadas 421 obras públicas, selecionadas mediante aplicação de critérios de materialidade, regionalização e outros previstos na LDO–2004. As fiscalizações abrangeram diversas áreas da atuação governamental contempladas com recursos destinados a investimentos pelo Orçamento Geral da União – OGU.

Do total, 40 obras foram fiscalizadas com base no projeto Reformulação da Metodologia de Acompanhamento e Seleção de Obras para Fiscalização – Reforme, que consiste no acompanhamento e análise das informações sobre contratos de obras registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A evolução do número de auditorias realizadas pelo Tribunal em obras, o volume de recursos abrangidos e a situação das obras fiscalizadas são apresentadas nos quadros a seguir:

Quadro nº 9
Obras fiscalizadas

Exercício	Obras Fiscalizadas	Recursos Fiscalizados (em bilhões de R\$)
2000	197	4,29
2001	319	7,51
2002	435	14,3
2003	421	14,4

Quadro nº 10
Obras constantes na LOA com indícios de irregularidades

Exercício	Lei	Total de obras
2000	Lei nº 9.969/2000 Quadro III	49
2001	Lei nº 10.171/2001	57
2002	Lei nº 10.407/2002 Quadro VII	127
2003	Lei nº 10.640/2003 Quadro VII	66
2004	Lei nº 10.837/2004 Anexo VIII	83

O resultado consolidado dessas fiscalizações foi encaminhado ao Congresso Nacional em 29.9.2003. Cento e setenta obras apresentavam indícios de irregularidades graves (TC nº 007.826/2003-7, Acórdão nº 1.440/Plenário, de 24.9.2003). Para cerca de metade delas, o TCU apontou a necessidade de bloqueio de recursos, até que saneados os problemas constatados, a fim de evitar dano ao erário ou mau uso do dinheiro público. Os contratos com recursos bloqueados somaram aproximadamente R\$ 3 bilhões.



O Presidente do TCU, Ministro Valmir Campelo, entrega relatório de fiscalização de obras ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho.

As obras relativas a recursos hídricos, transportes e penitenciárias apresentaram os maiores índices de constatação de indícios de irregularidade grave a recomendar paralisação.

As irregularidades mais comuns verificadas e que recomendaram a paralisação das obras foram:

- irregularidade grave concernente ao processo licitatório;
- sobrepreço;
- alterações indevidas de projetos e especificações;
- administração irregular de contratos;

- irregularidade grave concernente ao aspecto ambiental;
- superfaturamento.

Em 30.11.2003, em cumprimento ao §4º do art. 94 da Lei nº 10.707/2003 – LDO para 2004, foram encaminhadas ao Congresso e tornadas disponíveis na Internet, na página do TCU, informações atualizadas sobre a situação das 421 obras fiscalizadas em 2003.

1.3. Parcerias e relacionamento institucional

O alcance e a efetividade do controle não se resumem na atuação exclusiva do Tribunal de Contas da União. Pelo contrário, necessita, subsidiariamente, da participação e da colaboração de outros órgãos nesse mister. Além disso, a amplitude, a complexidade e a diversidade da organização e do funcionamento do Estado e de suas relações exigem atuação conjunta e articulada por parte do controle, como forma de evitar a superposição de ações e de otimizar a utilização de recursos e resultados a serem obtidos. O estabelecimento de parcerias com diversos órgãos públicos torna-se fundamental, notadamente, com aqueles que, de alguma forma, exercem ou participam de funções de controle ou, ainda, que disponham de informações, habilidades, conhecimentos ou tecnologias úteis ao exercício do controle externo, como os tribunais de contas estaduais, o Ministério Público Federal, a Corregedoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria da Receita Federal, a Polícia Federal, os tribunais federais, entre outros.

1.3.1 Relacionamento com autoridades

A interação com gestores públicos e autoridades do governo é de suma importância para o TCU, na medida em que podem aumentar a efetividade das recomendações e determinações feitas nos trabalhos de fiscalização.

Em 2003, várias autoridades do Governo Federal estiveram presentes no TCU para discutir matérias de interesse de ambas as partes, com destaque para:

- Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;
- Presidente e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministros Maurício Corrêa e Marco Aurélio de Mello;
- Ministros de Estado das Pastas do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Casa Civil, do Meio Ambiente, da Educação, da Cultura, da Assistência Social, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, das Comunicações, dos Transportes, Extraordinário da Segurança Alimentar, do Controle e da Transparência;
- Advogado-Geral da União;
- Governadores dos Estados da Paraíba, Piauí, Ceará e Espírito Santo;
- Presidentes e ministros de diversos tribunais superiores;
- Coordenador-Geral da Justiça Federal;

- Procurador-Geral da Justiça Federal;
- Comandantes das Forças Militares;
- Presidentes das principais empresas estatais.

1.3.2. Interação com o Controle Interno

A interação e o estabelecimento de parceria com os órgãos de controle interno são essenciais para o exercício do controle, tanto em termos de intercâmbio de informações quanto de sintonia de atuação e do domínio de informações e de conceitos.

Em 2003, foram realizados eventos de integração com a Controladoria-Geral da União para discutir medidas que permitissem maior interação entre o Tribunal de Contas da União e a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), com vistas, principalmente, a evitar a duplicação de esforços e o desperdício de recursos públicos.

Entre as ações imediatas propostas estão a integração entre os planos de fiscalização do TCU e da SFC, bem como a padronização de metodologias, conceitos, técnicas e procedimentos. A melhoria do fluxo de informações entre os dois órgãos, com uso mais intensivo da tecnologia da informação, também foi objeto de discussão.

Também fez parte da pauta a realização de trabalhos conjuntos para desenvolvimento de mecanismos de fiscalização, principalmente em municípios dos diversos estados, bem como a intensificação de treinamentos conjuntos de servidores, visando à harmonização de conhecimentos e a redução de custos.

1.3.3. Gestores públicos

O Tribunal promoveu ações educativas de orientação a administradores públicos acerca de prestação de contas, licitações e outros assuntos correlatos. Também foram elaborados diversos documentos de caráter educativo.

Foi distribuída aos governos estaduais e a todas as prefeituras do País a cartilha Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras e Edificações Públicas, com orientações sobre execução e fiscalização de obras públicas. A cartilha tem por objetivo minimizar ocorrência de falhas e orientar os gestores para que as obras sejam realizadas de forma adequada e transparente. Pretende também colaborar para melhor aplicação dos recursos públicos. Com essa publicação, o TCU procurou reforçar sua ação educativa, ressaltando que a prevenção de irregularidades, desperdícios e má administração é sempre mais eficaz que medidas corretivas e punitivas.

Outros dois documentos elaborados com a mesma finalidade foram distribuídos: “Licitações e Contratos - Orientações Básicas” e “Convênios e outros repasses”.

A edição do manual sobre licitações e contratos administrativos teve grande repercussão, dado o seu caráter didático. Distribuído a todos os prefeitos municipais, governadores estaduais, gestores públicos, parlamentares federais, tribunais de contas e bibliotecas, teve sua primeira edição, representada por 10.000 exemplares, esgotada.

1.3.4. Sociedade

Para bem cumprir sua função de prevenir desvios, responsabilizar maus gestores públicos e combater a corrupção, em todos os níveis, o TCU tem investido na parceria com a sociedade. Por estar mais próxima da ocorrência dos fatos, ela tem condições de identificar mais prontamente a incidência de irregularidades e denunciá-las aos órgãos competentes. É o que se denomina de controle social.

A participação do TCU no programa A Voz do Brasil foi um dos canais de aproximação com o cidadão. No referido programa de rádio, veiculou-se, três vezes por semana, informações sobre a atuação do Tribunal.

Outros instrumentos utilizados para facilitar o acesso às informações relativas às atividades do Tribunal foram: os relatórios institucionais, a Revista do TCU, a página do TCU na internet, a publicação Auditorias do Tribunal de Contas da União, a edição do periódico semanal Informativo TCU e a publicação de sumários executivos (vide item 7 – Divulgação institucional).

Ainda com o intuito de promover a aproximação com a sociedade, o Tribunal publicou as cartilhas *“Trabalhos Relevantes sobre a Previdência Social: Uma Contribuição do TCU ao Debate da Reforma da Previdência Social”*, *“O Controle Externo das Agências Reguladoras: Questões relevantes sobre o setor elétrico e de petróleo e gás natural”*, *“Boas Práticas em Segurança da Informação”*, *“Convênios e Outros Repasses”* e *“Licitações e Contratos”*.

No seminário *“Construindo a Visão de Futuro do Sistema de Controle Externo Brasileiro”*, organizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o TCU, representado pelo presidente, defendeu a modernização dos métodos de funcionamento das instituições de controle em face das atribuições constitucionais e atual realidade do Estado. Abordando o tema *“O Futuro dos Tribunais de Contas do Brasil”*, ressaltou que são imprescindíveis a capacitação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos e o estímulo ao controle social, oferecendo-se à sociedade meios para melhor fiscalizar as ações de seus representantes, no que se refere à aplicação do dinheiro público.

O TCU promoveu o seminário *“Diálogo Público: O Tribunal de Contas da União em contato com a administração pública e com a sociedade”*, em 18.8.2003. Participaram do encontro os ministros de Estado José Dirceu (Casa Civil da Presidência da República) e Waldir Pires (Controladoria-Geral da União), além de ministros do Tribunal. O evento teve como objetivo propiciar aos novos integrantes do Governo Federal maior aproximação com o TCU, bem como fornecer aos participantes uma visão sobre as formas de atuação do Tribunal e conseqüências dos resultados das fiscalizações realizadas nos entes jurisdicionados.

1.3.5. Outras Instituições

Destacam-se, a seguir, ações de cooperação técnica com órgãos e entidades nacionais e estrangeiros, especialmente aqueles dedicados ao controle de despesas públicas. O objetivo dessas ações é aprimorar técnicas de fiscalização e, no caso dos tribunais de contas dos estados, dos municípios e das entidades de fiscalização superior, desenvolver ações conjuntas de fiscalização.

Em 2003, o TCU firmou acordos de cooperação técnica com os tribunais de contas dos Estados do Paraná, de Roraima e do Rio Grande do Sul, com o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, para fiscalizar a aplicação de recursos públicos federais repassados e promover o intercâmbio de normas e jurisprudências. Firmou, ainda, acordo de cooperação técnica e assistência mútua com o Supremo Tribunal Federal, com objetivo de promover esforço conjunto na área de treinamento de servidores de ambos os órgãos.

Foi assinado, também, com o Senado Federal, acordo de cooperação com o objetivo de promover o intercâmbio e a cooperação técnico-científica e cultural para o desenvolvimento institucional e de recursos humanos. A cooperação e o intercâmbio mútuos consistirão na transferência de conhecimento, informações e experiências, ou quaisquer outras atividades de interesse comum aos dois órgãos, exceto informações protegidas pela legislação de sigilo bancário e as consideradas de caráter confidencial.

Durante a Assembléia-Geral da Olacefs, em Havana, Cuba, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da República do Peru assinaram acordo de cooperação técnica. A cooperação se concentrará nas áreas de consultoria e capacitação.

Representante do TCU participou da II Reunião do Comitê Executivo do Grupo de Trabalho em Auditoria Ambiental da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Intosai, de 13 a 15.1.2003, na Costa Rica. A reunião contou com representantes do Canadá, Holanda e outros países. Foram tratados temas relacionados com o aprimoramento de metodologia em auditoria ambiental, treinamento de auditores das instituições superiores de auditoria e possível realização de fiscalizações conjuntas.

Em termos de intercâmbio de informações e aprendizagem organizacional, o TCU participou ainda dos seguintes eventos:

- encontro de trabalho na Guatemala, no período de 5 a 7.3.2003, em que o representante do TCU proferiu palestra sobre “O Sistema dos Órgãos de Controle Externo no Brasil – Estrutura, Organização e Funções”. A reunião realizou-se por iniciativa conjunta do Tribunal de Contas da Espanha, da Agência de Cooperação Internacional – AECI e da Fundação Internacional e Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas – FIIAPP;
- encontro Luso-Brasileiro de Tribunais de Contas realizado em Portugal nos dias 19 e 21.3.2003. O encontro, organizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, em conjunto com o

Tribunal de Contas de Portugal. O TCU apresentou trabalho sobre a inserção do TCU no ordenamento jurídico brasileiro, discorrendo sobre a perspectiva histórica do Tribunal;

- X reunião do Grupo de Trabalho de Auditoria de Privatização da Intosai – Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, realizada em Praga, República Tcheca. Na ocasião, foi abordada a experiência da auditoria de privatização naquele país, na Eslovênia, no Reino da Arábia Saudita, em Bangladesh, na Alemanha, no Reino Unido;
- VIII reunião do Grupo de Trabalho de Auditoria de Meio Ambiente da Intosai, ocorrida em Varsóvia, Polônia. Integrou a pauta da reunião a aprovação de trabalhos e documentos técnicos, a discussão sobre o programa de treinamento do grupo, a análise de estratégias para o desenvolvimento de temas específicos em auditoria ambiental, bem como a realização de *workshops* sobre resíduos, desenvolvimento sustentável e recursos hídricos. Nesses eventos, as Entidades de Fiscalização Superiores fizeram breve exposição sobre auditorias realizadas. O TCU apresentou o trabalho “Atuação do Governo Federal na gestão dos Recursos Hídricos”;
- reunião da Comissão de Normas de Auditoria da Intosai, realizada na Bratislava – Eslováquia. Foram discutidos, entre outros, os seguintes temas: normas de auditoria operacional e de auditoria financeira; níveis de independência das EFS; bibliografia sobre normas de auditoria e atualização das normas de auditoria da Intosai. O TCU integrará força-tarefa instituída com o objetivo de aprimorar as normas de auditoria da Intosai, tendo por base as normas da International Federation of Accountants – IFAC, em especial, as relativas à avaliação de riscos e controles. Além disso, o Tribunal desenvolverá a avaliação da usabilidade da página da internet do Comitê de Normas de Auditoria da Intosai;
- 51ª Reunião do Conselho Diretor da Intosai. O principal tema foi a realização, em outubro de 2004, do XVIII Incosai, congresso internacional da Intosai que acontecerá em Budapeste. Na reunião, o presidente do TCU confirmou a realização, em junho de 2004, em Brasília, da Conferência Internacional de Auditoria Ambiental e da Reunião do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai e, em nome da Organização das Instituições Supremas de Controle da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa), propôs que a língua portuguesa fosse adotada como idioma oficial pela Intosai;
- reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica da Organização das EFS (Entidades Fiscalizadoras Superiores) dos países do Mercosul, Bolívia e Chile; do Encontro entre as EFS dos países do Mercosul, Bolívia e Chile e o Tribunal de Contas Europeu; e da Reunião do Grupo de Coordenação da Organização das EFS dos países do Mercosul, Bolívia e Chile. Esses eventos ocorreram em Buenos Aires, Argentina, no período de 20 a 23.10.2003. O TCU apresentou os trabalhos “As auditorias e os desafios do controle” e “Síntese das auditorias realizadas pelos grupos de trabalho nacionais da Organização das EFS dos países-membros do Mercosul, da Bolívia e do Chile”;

- reunião do Conselho Diretivo da Organização das ISC (Instituições Supremas de Controle) da CPLP, realizada em Brasília – DF, nos dias 3 e 4.11.2003. Na reunião, foram tratados temas relacionados com o acompanhamento das decisões tomadas na última assembléia da organização, os preparativos para a próxima Assembléia Geral, a ser realizada em 2004, no Brasil, e com assuntos de interesse geral voltados para a cooperação técnica;
- XIII Assembléia Geral da Olacefs (Organização Latino-americana e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores), realizada em Havana, Cuba, no período de 10 a 15.11.2003. Durante o evento foram debatidos três temas técnicos: auditoria da dívida pública, tecnologia da informação e fortalecimento das entidades de fiscalização superior. O TCU, na condição de coordenador da Comissão Técnica de Auditoria de Meio Ambiente da Olacefs, pronunciou-se sobre as principais atividades desenvolvidas pela Comissão, em especial, a elaboração do plano de trabalho 2002/2005, intitulado Aperfeiçoamento do Controle Externo Ambiental na América Latina e Caribe. Esse projeto visa a fortalecer e consolidar o controle externo da gestão ambiental na região e contém os objetivos e metas a serem alcançados até 2006 e as ações a serem implementadas;
- seminário internacional sobre Controle dos Entes Reguladores de Serviços Públicos e Concessões em Infra-estrutura, em Buenos Aires, Argentina, no período de 18 a 21.11.2003. O evento foi organizado pela Auditoria Geral da Nação, entidade fiscalizadora superior da Argentina. No seminário, foi apresentado um panorama sobre o processo de privatizações e sobre o desempenho dos entes reguladores, analisadas técnicas de auditoria e discutidos casos concretos de trabalhos de auditoria nessa área. O TCU apresentou o trabalho “A experiência brasileira no controle das privatizações”.

Também em 2003, realizou-se, em Brasília, a Reunião de Planejamento e Desenvolvimento do Curso de Auditoria de Dívida Pública. Participaram da reunião técnicos do TCU e das EFS da Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Uruguai e Venezuela. Essa reunião constituiu uma das fases do projeto promovido pela Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai - IDI e pelo Comitê de Dívida Pública da Intosai para o fortalecimento da capacidade das EFS em auditoria de dívida pública.

O Tribunal promoveu, em 8.10.2003, em conjunto com a Auditoria Geral do Canadá, a primeira videoconferência internacional realizada a partir dos equipamentos do Senado Federal – Interlegis. O evento teve por objetivo debater a agenda da “Conferência Internacional de Auditoria Ambiental – Contribuições do Controle Externo para o Desenvolvimento Sustentável”, programada para junho de 2004.

Analistas de controle externo do Tribunal participaram do encontro de técnicos do TCU com representantes da Secretaria-Geral da Olacefs, realizado na Cidade do Panamá, Panamá, em 30.10.2003. Na oportunidade, discutiu-se o desenvolvimento das áreas de avaliação de programas e controle da regulação de serviços públicos nos países latino-americanos.

2. Planejamento e Gestão

Nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a estabelecer prioridades e a melhor atender às expectativas e demandas da sociedade e do Congresso Nacional. O estabelecimento de metas anuais de desempenho alinhadas às estratégias institucionais de longo prazo tem contribuído para melhoria dos resultados e conferido maior constância de propósitos. Adicionalmente, parte da remuneração dos servidores está atrelada ao alcance de resultados coletivos. Essas práticas têm contribuído para melhorar os resultados institucionais, assim como para a articulação e interação de prioridades, iniciativas e unidades.

2.1. Planejamento Estratégico

A consolidação e o aprimoramento contínuo do sistema de planejamento institucional tem contribuído, significativamente, para ampliar e aprimorar a capacidade de resposta às complexas e crescentes demandas apresentadas ao Tribunal.

O estabelecimento de metas anuais, o monitoramento e transparência de indicadores de desempenho e a implementação de projetos de melhoria têm permitido estabelecer propósitos de longo prazo e melhorar, ano a ano, os resultados institucionais.

Em 2003, foi aprovada nova versão do plano estratégico do TCU, que contempla as principais orientações corporativas para o período de 2003 a 2007.

O plano foi revisto com base em diagnóstico institucional que considerou variáveis internas e externas. Tem como prioridades a inovação na forma de atuação e a ampliação do uso da tecnologia da informação.

Os objetivos estabelecidos e as estratégias escolhidas foram:

Objetivos Estratégicos

- Cumprir com tempestividade e qualidade as competências do TCU.
- Fortalecer o relacionamento com a sociedade, órgãos públicos, Congresso Nacional e a mídia.
- Combater a corrupção, o desvio e a fraude na gestão dos recursos públicos federais.
- Contribuir para a melhoria da prestação dos serviços públicos.
- Aprimorar política interna de gestão de pessoas.

Estratégias

- Ampliar e aprimorar o uso da tecnologia da informação.
- Adotar postura proativa que contribua para o aperfeiçoamento de normativos relativos à administração pública e ao exercício do controle externo.
- Fortalecer parcerias do TCU com demais órgãos públicos.
- Fortalecer as ações de controle voltadas para melhoria do desempenho da gestão pública.
- Gerenciar a imagem institucional e o diálogo público.
- Estimular o controle social.
- Desenvolver política de gestão do conhecimento.
- Aperfeiçoar o sistema de planejamento e gestão do TCU.
- Aperfeiçoar os processos de trabalho do TCU.
- Assegurar elevado nível de satisfação dos servidores do TCU.

2.2. Diretrizes para 2003

Definido o referencial estratégico de médio e longo prazos, o TCU, anualmente, fixa, por meio do plano de diretrizes, metas específicas de desempenho a serem cumpridas ao longo do exercício. Para o ano de 2003, foi priorizada a alocação de recursos em sete diretrizes essenciais:

- fortalecer o relacionamento com a sociedade, órgãos públicos, Congresso Nacional e a mídia;
 - apreciar de forma conclusiva 8.000 processos de controle externo, excluídos os relativos a pessoal;
 - incrementar a qualidade das fiscalizações, mantendo o esforço de fiscalização e priorizando áreas de maior significância;
 - apreciar de forma conclusiva 75.000 atos de pessoal;
 - melhorar a tempestividade, a qualidade e a efetividade das ações de controle externo;
 - aprimorar a política interna de gestão de pessoas;
- aperfeiçoar os serviços de apoio e administrativo.

O desempenho das metas e os resultados alcançados no exercício constam do item 8 - Resultados alcançados.

2.3. Diretrizes para 2004

O plano de diretrizes para 2004, aprovado pela Portaria-TCU nº 266, de 2003, foi elaborado a partir de diagnóstico institucional, que considerou as informações colhidas nas reuniões de reflexão realizadas nas diferentes unidades do Tribunal e os resultados da auto-avaliação institucional e da pesquisa de satisfação dos servidores. Na elaboração, foram levadas em conta também, as discussões havidas no encontro de dirigentes, em novembro de 2003, e o desdobramento que se seguiu nas várias unidades da Secretaria do Tribunal.

O plano apresenta cinco diretrizes básicas para pautar as ações do TCU em 2004. Foram estabelecidas a partir da percepção de demandas e anseios do Congresso Nacional, sociedade, servidores, dirigentes e autoridades do Tribunal. As diretrizes adotadas foram:

- reduzir a idade média e o estoque de processos de controle externo;
- incrementar as ações de combate à corrupção, desvio e fraude;
- ampliar a contribuição do TCU para o aperfeiçoamento da administração pública;
- aprimorar a política interna de gestão de pessoas;
- ampliar a interação com os públicos interno e externo.

3. Gestão de Pessoas

A maior riqueza de que pode dispor uma organização é o seu potencial humano. É ele que move as instituições e que as impulsiona para a realização de suas atribuições. Esta Casa conta com um corpo técnico qualificado que se destaca pelo talento, zelo e responsabilidade.

No entanto, esses atributos por si só não garantem que o trabalho se traduza diretamente nos resultados esperados de um órgão de controle. É preciso manter uma política constante de valorização dos servidores, que possibilite a sua permanente capacitação, além de condições adequadas de trabalho e remuneração digna.

Nessa linha de ação, ressaltam-se algumas das principais realizações empreendidas no ano passado, relativamente a gestão de pessoas.

No que se refere à remuneração de pessoal, cumpre destacar que foi possível saldar os passivos decorrentes da URV e equacionar a questão do pagamento da gratificação de desempenho aos aposentados.

3.1. Quadro de pessoal

Ao final de 2003, o quadro de pessoal da Secretaria do TCU contava com 2.220 cargos efetivos, dos quais 2.035 estavam ocupados. Ao quadro efetivo foram incorporados 100 cargos criados pela Lei nº 10.799, de 10 de dezembro de 2003, e previstos para serem preenchidos no decorrer de 2004.

Quadro 11
Quadro de pessoal do Tribunal

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupados
Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo	1.145	1.021
Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	91	71
Subtotal	1.236	1.092
Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo	195	192
Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	769	731
Subtotal	964	923
Auxiliar de Controle Externo – Área Serviços Gerais	20	20
Total	2.220	2.035

A Lei nº 10.799, de 10 de dezembro de 2003, criou seiscentos cargos de analista de controle externo, nível superior, para o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal. Esse reforço, nos próximos anos, de aproximadamente 60% no quantitativo de pessoal da área-fim, contribuirá para a melhoria contínua do

desempenho do Tribunal no cumprimento das amplas, complexas e crescentes atribuições institucionais. De acordo com a referida lei, esses novos cargos serão providos à razão de 100 por ano a partir de 2004.

Para o primeiro semestre de 2004, está prevista a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de analista de controle externo e de técnico de controle externo. Ainda, no mesmo período, será efetuado concurso público para provimento dos cargos vagos de procurador junto ao TCU.

Várias ações também foram implementadas visando à melhoria da interação entre unidades. A esse respeito cumpre destacar a ampliação de um para três no número de secretários das Secex nos Estados autorizados para participar das reuniões mensais da Comissão Técnica de Controle Externo.

Além disso, foi institucionalizada a prática de reuniões mensais de chefes de Serviço de Administração mediante aprovação, em dezembro de 2003, da Portaria-TCU nº 263, incluindo a participação de dois titulares de serviço de administração de Secex nos Estados, estimulando a integração entre as unidades do Tribunal.

Com o objetivo de garantir que as unidades da Secretaria do Tribunal disponham de recursos humanos suficientes para o cumprimento de suas atribuições, foram adotadas medidas de incentivo à remoção de servidores para unidades técnico-executivas com carência de pessoal. Em 2003, foram abertos concursos de remoção extraordinários para as secretarias de Controle Externo nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins.

3.2. Qualidade de vida no trabalho

No que tange às condições de trabalho e ao bem-estar dos servidores, várias foram as ações levadas a cabo, entre as quais se destacam: ampliação de vagas da garagem; renovação da frota de veículos de serviço; modernização da biblioteca; instituição do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça; reforma da sala do Plenário, do auditório e da fachada do edifício-sede.

Foi incentivada a atuação do Grupo de Valorização do Servidor - GVS, instituído em 2002, o qual realizou diversas atividades em benefício do bem-estar do servidor do TCU, em especial:

- promoção do programa “Tá na Mesa”, sob a coordenação da equipe de nutricionistas do TCU, destinado a melhorar os hábitos alimentares dos servidores;
- realização de campanha de orientação sobre hipertensão;
- promoção de ginástica laboral destinada a atuar preventiva e terapeuticamente no combate a males provenientes das tarefas ocupacionais diárias;
- reativação do Coral TCU;
- coordenação de diversas atividades da Semana do Servidor, estimulando a integração entre os servidores.

Relativamente às instalações físicas das unidades nos Estados foram executadas, até o final de 2003, a construção da nova sede da Secretaria de Controle Externo no Ceará, para entrega em janeiro de 2004, propiciando aos servidores daquela unidade segurança e comodidade de uma construção moderna e funcional.

Em Brasília, estão programadas para 2004 a conclusão da reforma do prédio do Instituto Serzedello Corrêa, a ampliação das instalações do serviço médico, mediante obras para aumento do mezanino, a inauguração de berçário e a construção do prédio de múltiplos usos, no Setor de Garagens Oficiais, aumentando o espaço físico disponível no edifício-sede. Nos Estados, ainda em 2004, está prevista reforma nas instalações da Secex-MS e construção da nova sede da Secex-TO.

3.3. Política de Treinamento e Desenvolvimento

Não foi apenas no tocante à melhoria do conforto e comodidade das instalações físicas que a política de valorização do servidor teve melhoras no ano de 2003.

Importa ressaltar as contínuas e importantes iniciativas capitaneadas pelo Instituto Serzedelo Correa quanto ao treinamento e à capacitação dos servidores, com a oferta de cursos de pós-graduação, tanto na área de gestão quanto na de controle externo.

Em 2003, o Tribunal promoveu 215 eventos de capacitação, com 4.856 vagas, perfazendo carga horária total de 8.825 horas de treinamento. Destaca-se entre esses, o curso de Direito Administrativo Avançado, 69 horas de treinamento, oferecido a 47 participantes, ministrado pela Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal.

O ISC é credenciado, desde 2001, junto ao Ministério da Educação, para ministrar cursos de especialização *lato sensu* e expedir os respectivos certificados. No ano de 2003, foram oferecidos os seguintes cursos de pós-graduação por meio do Instituto Serzedelo Correa:

- Especialização em Controle Externo: 45 participantes. Ministrado no ISC sob coordenação própria.
- Gestão Corporativa na Administração Pública: 34 participantes. Realizado no ISC, em convênio com AEUDF;
- Gestão Estratégica do Conhecimento e Inteligência Empresarial: 34 participantes. Realizado no ISC, em convênio com PUC/PR;
- Gestão Logística na Administração Pública: 36 participantes. Realizado no ISC, em convênio com AEUDF.

No campo do controle externo, foi garantida a participação de servidores das nossas unidades nos Estados em três módulos de especialização: Regulação de Serviços Públicos, Análise e Avaliação da Gestão Pública e Auditoria Governamental.

Também foram proporcionados treinamentos específicos em apoio direto às atividades de fiscalização, a exemplo dos cursos de auditoria operacional e fiscalização de obras.

Apesar de garantida a vinda de servidores das Secex nos Estados para esses cursos de especialização, ainda assim o acesso a tal modalidade de capacitação é problemática para os não-residentes em Brasília.

Diante disso, autorizou-se o oferecimento de bolsas de estudo de pós-graduação, especificamente para Analistas de Controle Externo lotados em regionais, no valor de até R\$ 7.000,00, propiciando-lhes a participação em cursos de especialização em áreas pertinentes à atividade-fim do Tribunal, de modo a viabilizar a aquisição, produção e disseminação de conhecimentos úteis ao aperfeiçoamento das ações de controle. Essa prática de concessão de bolsas será implementada a partir de 2004.

Outros eventos de aprendizagem organizacional estão destacados no item 1.3.5 – Outras instituições, deste relatório.

4. Gestão de Projetos

A gestão de projetos foi uma ferramenta importante utilizada em 2003 para capacitar o TCU à execução de ações mais céleres, proativas e efetivas na defesa do interesse público.

À medida que a administração pública se sofisticava e os objetos de controle apresentavam-se sob formas não-convencionais, torna-se imprescindível a utilização de instrumentos da moderna administração capazes de lidar de maneira ágil com os novos desafios. A adoção da gestão de projetos favorece o desenvolvimento gerencial e constitui importante ferramenta para o sistema de planejamento e gestão do TCU.

A abordagem de gestão de projetos, adotada pelo TCU a partir de 2001, foi consolidada em 2003, tanto em termos metodológicos, com a publicação do Manual de Gestão de Projetos ajustado à realidade do Tribunal, quanto no estímulo à migração para práticas gerenciais orientadas a resultados.

Em 2003, treze projetos foram concluídos, e a maioria teve êxito na entrega de produtos e obtenção de resultados esperados. Entre outros, apresentam-se como benefícios obtidos: a) redução em aproximadamente 90% do prazo para encaminhamento de execuções à Advocacia-Geral da União, proporcionada pelo projeto de Melhoria do Processo de Cobrança Executiva; b) capacitação do Tribunal, por meio do projeto Emgea - Empresa Gestora de Ativos, a exercer novos controles sobre mais de R\$ 32 bilhões de ativos federais, de imediato, com potencial para R\$ 80 bilhões adicionais, a curto prazo; c) aumento da capacidade de processamento de 20.000 para 100.000 atos de pessoal por ano, por meio do projeto de Apreciação Automatizada de Atos de Pessoal; d) capacitação do TCU para participar do Prêmio Nacional da Gestão Pública, por meio do projeto Implantação da Auto-Avaliação Institucional.

Em 2003, foi autorizado o início de treze novos projetos. Ao final desse período, havia dezessete projetos em andamento conforme quadro adiante. O perfil desses projetos permite classificá-los de acordo com a seguinte composição: quatro projetos de apoio à modernização, nove de melhoria de processos de trabalho, três para desenvolvimento de novas metodologias e um voltado para solução de problemas crônicos.

Por ser essencial à busca pelo alcance da visão de futuro, vários projetos em andamento não contemplam apenas resultados imediatos e de curto prazo. O amplo projeto de modernização do Tribunal, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pretende, nos próximos anos, aumentar a capacidade de fiscalização e controle, implementar medidas de valorização dos servidores, aprimorar o sistema de qualidade e gestão da instituição, além de estabelecer canais e ampliar o diálogo público do TCU com a sociedade. Parte integrante do projeto de modernização na área de fiscalização, o projeto Síntese – Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo, com término previsto para 2006, pretende dotar o TCU de tecnologia de acesso e utilização integrada de dados e informações disponíveis nos sistemas da administração pública, visando à detecção de indícios de fraude e ao controle

externo eletrônico. O projeto Cerds – Controle Externo com Foco na Redução da Desigualdade Social, financiado pelo acordo TCU/Reino Unido, realizará, até 2006, avaliações de programas governamentais e de modelos regulatórios.

Quadro nº 12
Projetos em andamento

Projeto	Objetivo
1. Apoio à Modernização do TCU– BID (Possui 3 subprojetos de coordenação)	Apoiar a modernização do TCU, com vistas a aumentar, direta ou indiretamente, a capacidade de fiscalização e de controle de contas do Tribunal.
✓ Coordenação Financeira do Projeto	
✓ Coordenação de Aquisições do Projeto	
✓ Coordenação Técnica do Projeto	
2. Adequação de Atos Normativos ao Regimento Interno do TCU	Adequar e/ou elaborar atos normativos, regulamentando o Regimento Interno do TCU.
3. Critérios de Tratamento Documental – Tradoc	Definir solução para garantir a eficiência da gestão documental no TCU.
4. Controle Externo com Foco na Redução da Desigualdade Social- Cerds (Reino Unido)	Avaliar programas governamentais e modelos regulatórios de serviços públicos, com foco na redução das desigualdades sociais, contribuindo para o fortalecimento do controle social.
5. Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo – Síntese	Conceber, elaborar e implementar datawarehouse de controle da administração pública.
6. Certificação da Gestão Pública	Desenvolver nova sistemática de controle por meio de tomadas e prestações de contas anuais, fortemente integrada com os instrumentos de fiscalização e orientada à avaliação da legalidade, eficácia, eficiência e desempenho da gestão.
7. Implantação da Sistemática de Coleta Eletrônica de Contas	Implantar sistemática de coleta eletrônica de contas, bem como desenvolver e implementar estratégias que permitam a sua utilização de forma eficaz.
8. Modernização do Exame de Declaração de Bens e Rendas	Implantar nova sistemática de análise das declarações de bens e rendas, com a revisão dos normativos em vigor (IN-TCU nº 05/1994, Portarias 132/1994 e 140/1994, Resolução nº 91/1997).
9. Piloto da proposta do Reforme	Testar metodologia para seleção e acompanhamento de obras, desenvolvida pelo Projeto Reforme, em amostra de 40 obras selecionadas e incorporar as alterações necessárias ao sistema Fiscobras.
10. Redução do Estoque de Processos – ProjEstoj	Reduzir estoque de processos das Secex com sobrecarga de trabalho.
11. Portal TCU	Tornar disponível, em site mantido pelo Tribunal na internet, informações de interesse público, conferindo padrão visual único e estrutura de navegação ágil e eficiente.
12. Sinergia	Conceber, elaborar e implementar datawarehouse com dados de sistemas corporativos do TCU.
13. Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competência – Atena	Definir modelo de gestão de desenvolvimento de pessoas por competência, capaz de estimular o autodesenvolvimento dos servidores e de propiciar o alinhamento das ações de seleção, treinamento, desenvolvimento, alocação e desempenho profissional às estratégias institucionais.

Projeto	Objetivo
14. Sistematização de Informações Gerenciais Administrativas – Prosig	Disponibilizar aos servidores do TCU informações sobre os procedimentos administrativos e dotar os dirigentes de melhores informações para o processo decisório .

Em adição à carteira de projetos acima, várias demandas encontram-se em estudo, inclusive no que tange ao seu alinhamento às diretrizes anuais e estratégias institucionais. Em breve, novos projetos se somarão aos existentes para alicerçar o futuro do Tribunal.



5. Recursos Orçamentários e Financeiros

5.1. Orçamento de 2003

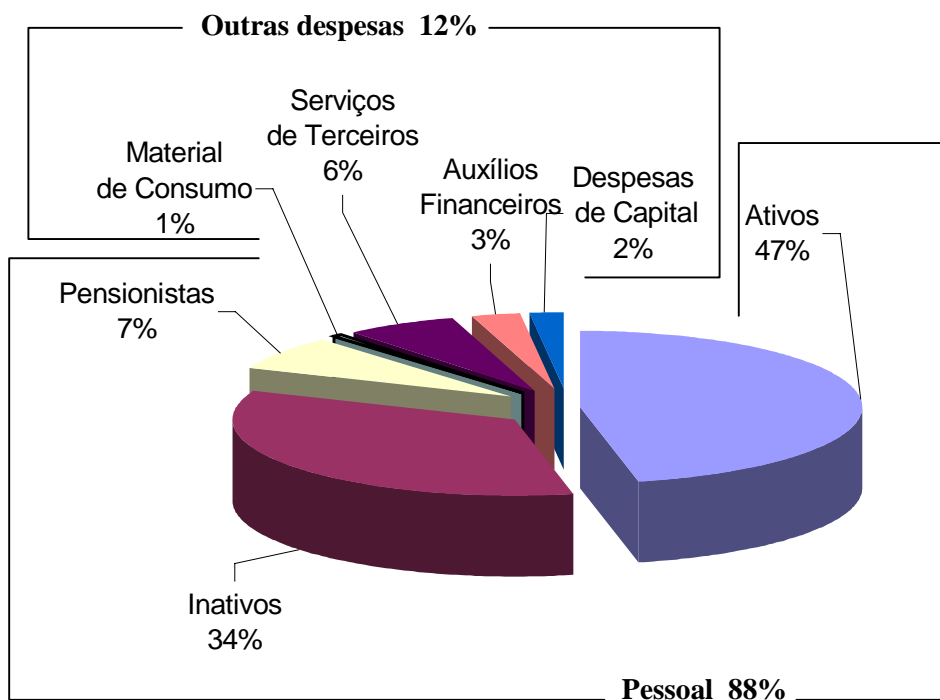
O Orçamento Geral da União para o exercício de 2003, aprovado pela Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, consignou ao TCU a dotação inicial de R\$ 627.892.364,00. Desse total, R\$ 13.036.102,00 foram contingenciados, restando R\$ 614.856.262,00 para execução. A despesa realizada foi de R\$ 611.645.276,74 (99,48% da dotação orçamentária disponível para execução). A execução do orçamento está demonstrada no quadro nº 13.

Quadro nº 13
Execução orçamentária por natureza da despesa em 2003

Natureza da Despesa	Dotação	(em reais)
		Realizado
Despesas Correntes	609.571.021,00	599.910.627,09
Juros e encargos	371.638,00	0
Pessoal	540.580.894,00	540.580.894,00
Ativo	285.180.201,00	285.180.201,00
Inativo e Pensionistas	255.400.693,00	255.400.693,00
Outros Custeios	68.618.489,00	59.329.733,09
Material de Consumo	3.890.943,12	3.888.243,12
Serviços de Terceiros	47.542.090,51	38.898.710,62
Auxílios Financeiros	17.185.455,37	16.542.779,35
Despesas de Capital	18.321.343,00	11.734.649,65
Total	627.892.364,00	611.645.276,74

A participação percentual da execução por natureza da despesa está representada no gráfico nº 7.

Gráfico nº 7
Execução orçamentária – 2003



O quadro nº 14 apresenta a execução do orçamento em 2003 por projeto e atividade.

Quadro nº 14
Execução orçamentária por projeto e atividade em 2003 (em R\$)

Projeto/Atividade	Dotação (A)	Dotação livre para execução (A1)	Execução (B)	[(B)/(A1)] %
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	285.180.201,00	285.180.201,00	285.180.201,00	100,00
Administração da Unidade	52.393.265,00	46.781.702,00	45.095.188,23	96,39
Reaparelhamento das Instalações da Sede e das Secex	4.158.000,00	3.819.652,00	3.538.824,02	92,65
Amortização e Encargos da Dívida Contratual Externa	371.638,00	371.638,00	0	0
Capacitação de Recursos Humanos	1.180.000,00	1.000.000,00	887.756,61	88,78
Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores-Intosai	11.000,00	11.000,00	10.769,45	97,90

Projeto/Atividade	Dotação (A)	Dotação livre para execução (A1)	Execução (B)	[(B)/(A1)] %
Contribuição à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Olacefs	27.020,00	27.020,00	24.120,00	89,27
Contribuição à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Oiscclp	3.300,00	3.300,00	0	0
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	8.491.000,00	8.491.000,00	7.999.183,43	94,21
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	42.000,00	42.000,00	35.081,25	83,53
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	1.073.600,00	930.600,00	929.659,30	99,90
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	9.568.000,00	9.568.000,00	9.482.102,15	99,10
Construção de Sedes das Secretarias de Controle Externo	2.450.000,00	2.050.000,00	1.882.242,30	91,82
Modernização da Capacidade Institucional do TCU	7.542.647,00	1.179.456,00	1.179.456,00	100,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	255.400.693,00	255.400.693,00	255.400.693,00	100,00
Total	627.892.364,00	614.856.262,00	611.645.276,74	99,48

As despesas de Amortização e Encargos da Dívida Contratual Externa e de Contribuição à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não foram executadas em razão de não terem sido apresentadas as respectivas cobranças até o final do exercício.

Do total das despesas liquidadas, R\$ 25.767.151,60 foram inscritos em restos a pagar, correspondente a 4,21% do total executado.

O TCU também está sujeito aos ditames da LRF. Em 2003, o Tribunal executou despesa líquida de pessoal com observância do limite permitido para o exercício, bem como cumpriu o disposto nos arts. 54 e 55 da LRF, fazendo publicar, quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal no Diário Oficial da União.

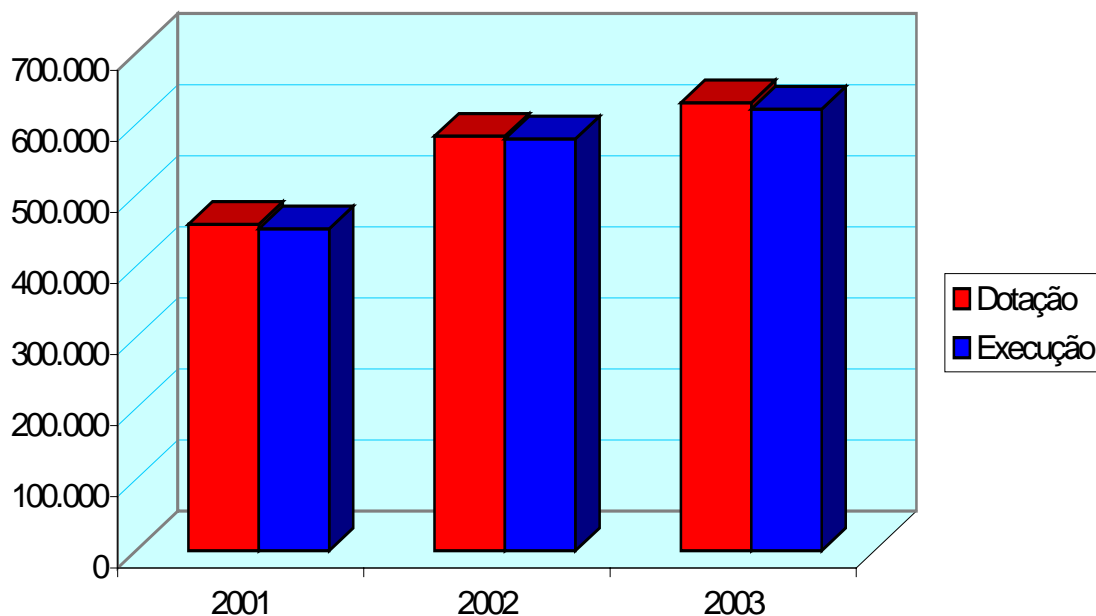
O quadro nº 15 apresenta a evolução da execução orçamentária de 2001 a 2003 por natureza de despesa.

Quadro nº 15
Execução orçamentária por natureza de despesa

Natureza da Despesa	2001		2002		2003	
	Dotação	Execução	Dotação	Execução	Dotação	Execução
1 - Despesas correntes	447.956	443.362	568.465	566.424	609.571	599.911
a - Pessoal	398.320	398.320	516.690	516.690	540.581	540.581
Ativo	212.777	212.777	283.602	283.602	285.180	285.180
Inativo	157.405	157.405	192.793	192.793	210.645	210.645
Pensionistas	28.138	28.138	40.295	40.295	44.756	44.756
b - Juros e enc. dívida					372	0
c - Outros custeios	49.636	45.042	51.775	49.734	68.618	59.330
Material de consumo	2.717	2.664	3.384	3.379	3.891	3.888
Serviços de terceiros	46.919	42.378	48.391	46.355	47.542	38.899
Auxílios financeiros					17.185	16.543
2 - Despesas de capital	11.279	9.572	15.134	12.888	18.321	11.735
TOTAL GERAL	459.235	452.934	583.599	579.312	627.892	611.646

No gráfico nº 8 é apresentado comparativo entre a dotação orçamentária e o crédito executado.

Gráfico nº 8
Dotação x execução



5.2. Proposta orçamentária para 2004

A proposta orçamentária para o exercício de 2004 foi elaborada em consonância com as necessidades do Tribunal, estando de acordo com o Plano Plurianual – PPA 2004-2007 do Governo Federal. Tal proposta foi encaminhada à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O valor final da proposta para o exercício de 2004 foi de R\$ 632.870.250,00, sendo R\$ 502.929.068,00 para pessoal, R\$ 98.265.777,00 para outras despesas correntes, R\$ 31.155.223,00 para despesas de capital e R\$ 520.182,00 para juros e encargos da dívida.

5.3. Racionalização de custos administrativos

A estratégia de contenção de gastos adotada pelo TCU ao longo do exercício de 2003 proporcionou economia de R\$ 6.214.934,43. Contribuíram para tanto as seguintes medidas:

- a) passagens aéreas: racionalização de gastos com passagens aéreas, no valor de R\$ 636.707,18, mediante utilização de tarifas promocionais. Em termos relativos, 93,5% dos bilhetes de passagens aéreas emitidas em 2003 para o TCU foram com tarifa promocional;
- b) contratação de serviços e aquisição de materiais: comparação do valor estimado de preço de mercado com o valor efetivamente contratado por meio de procedimentos licitatórios possibilitou economia de R\$ 5.578.227,25.

6. Tecnologia da Informação

Na área da tecnologia da informação, houve o implemento de diversas melhorias em sistemas informatizados do Tribunal e a ampliação da rede de computadores do TCU. Foi também ampliado o acesso a bases de dados externos. Em 2003, destacam-se as seguintes ações:

- substituição do equipamento central de comunicação da rede por outro de maior velocidade e capacidade de processamento;
- contratação de novos *links* de comunicação para conexão das redes das Secexs nos estados à sede, garantindo a todas as unidades acesso mais confiável e rápido aos sistemas corporativos;
- contratação de circuitos de voz para as Secex RJ, SP e MG, com o objetivo de reduzir os custos com ligações interurbanas entre as unidades e o TCU;
- implementação do serviço de transmissão, em tempo real, de áudio e vídeo para todos os microcomputadores da rede TCU (*TCU Intramídia*);
- implementação da solução de segurança (firewall) na infra-estrutura que permite o acesso do Tribunal de Contas da União à internet e a outras redes externas;
- implementação de nova rotina de monitoramento da rede de comunicação de dados do Tribunal, que interliga a rede da sede do TCU com as redes instaladas nas Secretarias de Controle Externo nos Estados;
- aquisição de dezesseis novos servidores de rede de alto desempenho, destinados a prover ambientes de *datawarehouse*, homologação e teste de aplicações, treinamento, base de dados corporativa, coleta de dados e ferramentas de desenvolvimento de sistemas;
- implementação de nova versão do Sistema de Controle de Contratos – Contrata, com vistas a atender a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, já adaptada para atender às exigências da Lei de Diretrizes Orçamentária que prevê o encaminhamento de informações sobre os contratos para os órgãos não integrantes do sistema Siasg;
- aquisição de 425 microcomputadores: com isso, o TCU passou a dispor da relação de um computador para cada servidor;
- implantação de novo sistema de transferências constitucionais - Transcon, com a importação de dados de transferências constitucionais acumulados nos últimos cinco anos, os quais já estão disponíveis nas bases de dados do Tribunal;
- homologação do novo sistema Cadin, para cadastramento de responsáveis inadimplentes com o setor público; propiciará ao Tribunal controle mais efetivo dos responsáveis por gestão pública que foram condenados por improbidade administrativa.

A atividade exercida pelo Tribunal está essencialmente ancorada na informação e no conhecimento. Para isso, o estabelecimento de parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública para acesso a bases de dados externos pelo TCU é de grande importância, na medida em que pode ampliar o universo a ser fiscalizado e possibilita foco maior de atuação.

Atualmente, o Tribunal tem acesso a 24 sistemas externos, conforme quadro adiante. O acesso aos nove primeiros relacionados foi viabilizado em 2003.

Quadro nº 16
Acesso a sistemas informatizados externos

Sigla	Nome	Gestor	Descrição
1. Águia	Acesso ao Sistema de Ajuste de Guias de Arrecadação	INSS	Oferece acesso aos dados das guias individuais de recolhimento da previdência social, como subsídio à instrução de processos de controle externo relacionados ao Sistema Nacional de Previdência Social.
2. CNIS	Acesso ao Cadastro Nacional de Informações Sociais	INSS	Subsidia a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento de suas atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito à gestão de pessoal e ao recolhimento de contribuições previdenciárias.
3. Dívida	Acesso ao Sistema de Acompanhamento da Dívida Ativa	INSS	Oferece acesso aos dados sobre processos de execução fiscal de débitos inscritos na dívida ativa do INSS, como subsídio à instrução de processos de controle externo relacionados ao Sistema Nacional de Previdência Social.
4. Informar	Acesso ao Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação	INSS	Oferece acesso a informações gerenciais sobre a arrecadação e a dívida ativa do INSS, como subsídio à instrução de processos de controle externo relacionados ao Sistema Nacional de Previdência Social.
5. Sicob	Acesso ao Sistema de Débito, Parcelamento e Cobrança	INSS	Oferece acesso aos dados sobre processos administrativos de cobrança e parcelamento de débitos previdenciários, como subsídio à instrução de processos de controle externo relacionados ao Sistema Nacional de Previdência Social.
6. Sinapi	Acesso ao Sistema Nacional de Preços de Referência	CEF	Oferece informações do cadastro nacional de preços de referência para orçamentação de obras, utilizadas por todas as unidades técnicas do TCU na fiscalização de licitações e contratos nessa área.
7. Sisben	Acesso ao Sistema Único de Benefícios	INSS	Subsidia a atuação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal no planejamento de suas atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito à concessão de benefícios previdenciários.
8. Sislex	Acesso ao Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres	INSS	Permite a consulta textual à legislação, à jurisprudência e aos pareceres relacionados ao Sistema Nacional de Previdência Social.
9. Sisobi	Acesso ao Sistema de Controle de Óbitos	INSS	Subsidia a atuação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal no planejamento de suas atividades e na instrução de processos de controle externo, no

Sigla	Nome	Gestor	Descrição
			que diz respeito ao registro de atos de admissão e concessões.
10. Ativa	Acesso ao Sistema Ativa	SFCI	Permite às unidades técnicas do Tribunal o acesso a informações sobre o planejamento e execução de fiscalizações da Secretaria Federal de Controle Interno.
11. Cadin	Acesso ao Cadastro de Responsáveis Inadimplentes	BACEN	Permite ao Tribunal consultar o Cadastro de Responsáveis Inadimplentes mantido pelo Banco Central.
12. CPF/CNPJ	Acesso ao Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas	SRF	É utilizado por servidores das unidades técnicas do Tribunal para obtenção de informações completas sobre pessoas físicas e jurídicas arroladas como responsáveis em processos de controle externo.
13. Renavan	Acesso ao Cadastro Nacional de Veículos	MJ	Permite ao Ministério Público junto ao TCU obter dados sobre o endereço atualizado e bens disponíveis de responsáveis condenados ao recolhimento de débitos e multas.
14. Sicon	Acesso ao Sistema de Informações do Congresso Nacional	CN	É utilizado pelos servidores do Centro de Documentação do Tribunal para acesso ao sistema de gerenciamento da biblioteca do Senado Federal.
15. Siafi	Acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira	STN	Subsidia a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento de suas atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito à execução financeira de recursos da União, além de servir às atividades administrativas das unidades gestoras do próprio TCU.
16. Siafi Educacional	Acesso ao Siafi para treinamento	STN	Oferece recursos para capacitação de servidores do Tribunal na operação do Sistema Integrado de Administração Financeira.
17. Siafi Gerencial	Acesso ao Siafi Gerencial	STN	Permite o acesso a informações consolidadas sobre a administração financeira das unidades jurisdicionadas ao Tribunal. Subsidia o planejamento de ações de fiscalização e instrução de processos.
18. Siape	Acesso ao Sistema de Administração de Pessoal	MPOG	Subsidia a atuação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal no planejamento de atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito ao registro de atos de admissão e concessões e à folha de pagamento das unidades jurisdicionadas ao Tribunal.
19. Siasg	Acesso ao Sistema de Administração e Serviços Gerais	MPOG	Subsidia a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento de atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito a licitações e contratos, além de servir às atividades administrativas das unidades gestoras do próprio TCU.
20. Sidor	Acesso ao Sistema de Orçamento	MPOG	Subsidia a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento de atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito a informações relativas ao processo orçamentário da União.

Sigla	Nome	Gestor	Descrição
21. Sisbacen	Acesso aos Sistemas do Banco Central	BACEN	Subsidia a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento de atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito a informações relativas ao sistema financeiro nacional.
22. Siscomex	Acesso ao Sistema de Comércio Exterior	BACEN	Subsidia a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento de atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito a informações relativas ao comércio exterior.
23. SPIU	Acesso ao Sistema de Patrimônio da União	SPU	Subsidia a atuação da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União no planejamento de atividades e na instrução de processos de controle externo, no que diz respeito a informações relativas à gestão do Patrimônio Imobiliário da União.
24. Tempus	Transferência de Arquivos da Rede Serpro	STN	Oferece recursos para recepção de arquivos disponibilizados via Rede Serpro a partir dos extratores de dados dos sistemas Siafi e Siape, além de outros arquivos resultantes de apurações especiais requeridas pelo Tribunal.

7. Divulgação Institucional

O TCU procura facilitar o acesso às informações relativas a suas atividades, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos, dentre os quais se destacam: relatórios institucionais, Revista do TCU, veiculação, três vezes por semana, de informações sobre a atuação do Tribunal no programa A Voz do Brasil, *homepage* na internet, divulgação semanal das principais decisões do TCU, mediante notas para imprensa, acessadas pela página do TCU na internet, publicação *Auditorias do Tribunal de Contas da União* e edição do periódico semanal Informativo TCU.

A publicação *Auditorias do TCU* objetiva divulgar trabalhos de auditoria mais relevantes produzidos pelo Tribunal. Esse documento, assim como a Revista do TCU, é distribuído a parlamentares federais, tribunais, órgãos da administração pública, estabelecimentos de ensino superior, bibliotecas públicas, entre outras instituições. O texto das publicações está disponível na página do TCU na internet.

Destacam-se entre as publicações distribuídas e divulgadas em 2003, as seguintes:

- **Manual de obras públicas** - manual de orientação para a realização e fiscalização de obras públicas, distribuído aos prefeitos municipais, secretários estaduais de Obras e outros destinatários;
- **Controle Externo das Agências Reguladoras** - apresentação de questões relevantes sobre o setor elétrico e de petróleo e gás natural. Distribuição a parlamentares federais, autoridades do governo e outros interessados;
- **Trabalhos Relevantes sobre a Previdência Social** - contribuição do Tribunal ao debate sobre a reforma da Previdência Social. Distribuição a parlamentares federais, autoridades do governo e outros interessados;
- **Boas Práticas em Segurança da Informação** - orientações a respeito da segurança da tecnologia da informação nas organizações governamentais. Distribuída a administradores públicos e outros interessados;
- **Revistas do TCU nº 95 e 96** - periódico distribuído a parlamentares federais, autoridades governamentais, bibliotecas públicas e outros interessados. Divulga matérias relacionadas com doutrina e jurisprudência sobre controle externo, além de notícias em geral, relacionadas com o assunto. Na atual gestão, a revista sofreu profunda mudança em seu formato e apresentação gráfica, tornando-a mais moderna, dinâmica e visualmente agradável;
- **Conhecendo o Tribunal – 2ª Edição** - livrete que explica a atuação do TCU e suas tendências, distribuído para universidades, bibliotecas, prefeituras, órgãos governamentais, ONGs e outros;
- **Licitações e Contratos** - manual de orientação sobre procedimentos a adotar para licitações e contratações no âmbito da administração pública.

Distribuído para as prefeituras municipais, órgãos públicos federais e estaduais, bibliotecas e outros interessados;

- **Convênios e outros Repasses** – cartilha contendo orientações sobre procedimentos a adotar para a realização e prestação de contas de convênios e outras formas de repasses de recursos da União. Distribuída aos prefeitos municipais, parlamentares federais e estaduais, Câmaras Municipais e outros interessados;
- **Sumários executivos:** publicações em série que registram o resumo de informações relevantes sobre os programas/ações fiscalizados principalmente da área social. No ano, o TCU produziu e tornou disponível cinco sumários executivos:
 - *Profissionalização do Preso;*
 - *Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;*
 - *Programa Energia das Pequenas Comunidades;*
 - *Programa Saneamento Básico;*
 - *Alfabetização Solidária de Jovens e Adultos.*

Além disso, foi providenciada a tradução para o inglês e a impressão de sete sumários executivos naquela língua, reunindo informações sobre as fiscalizações realizadas nos seguintes programas/ações de governo: Valorização e Saúde do Idoso, Programa Saúde da Família, Programa Nacional Saúde do Escolar, Programa Nacional Biblioteca na Escola, Programa de Irrigação e Drenagem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Ação de Prevenção e Monitoramento da Mortalidade Materna.

Destaca-se, por fim, em termos de divulgação, a medida adotada de informar, na página do TCU na internet, o cadastro de responsáveis com contas julgadas irregulares e a relação de pessoas físicas ou jurídicas declaradas inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função pública, assim como para licitar com a administração pública.



8. Resultado das Ações de Controle

Os resultados alcançados no ano de 2003 são apresentados a seguir, agrupados de acordo com os indicadores estabelecidos no plano de diretrizes do TCU para 2003 (Portaria-TCU nº 58, de 2003). Também foi realizada análise sucinta desses resultados, especificando, por meio de tabelas e gráficos com valores acumulados, em que medida a meta pactuada foi alcançada.

Com a vinculação de parte da remuneração de servidores ao alcance de metas, foram selecionados indicadores do plano de diretrizes de 2003 para subsidiar o cálculo da parcela relativa ao resultado institucional. Esse resultado é utilizado para cálculo da gratificação de desempenho devida aos servidores. Os indicadores utilizados para esse fim estão dispostos a seguir:

- total de processos apreciados conclusivamente;
- processos de contas cadastrados em 2002 apreciados conclusivamente;
- processos de fiscalização autuados em 2001 e 2002 apreciados conclusivamente;
- processos de fiscalização autuados em 2003 apreciados conclusivamente;
- recursos apreciados conclusivamente;
- atos de pessoal apreciados conclusivamente;
- atos de pessoal com indícios de ilegalidade apreciados conclusivamente;
- homens-dia de fiscalização;
- utilização da matriz de planejamento em auditorias de conformidade.

A definição e a utilização desses indicadores mostrou-se fundamental no processo de planejamento, pois possibilitou o estabelecimento de metas quantitativas e o seu desdobramento na organização, bem como a realização de análise crítica do desempenho da instituição.

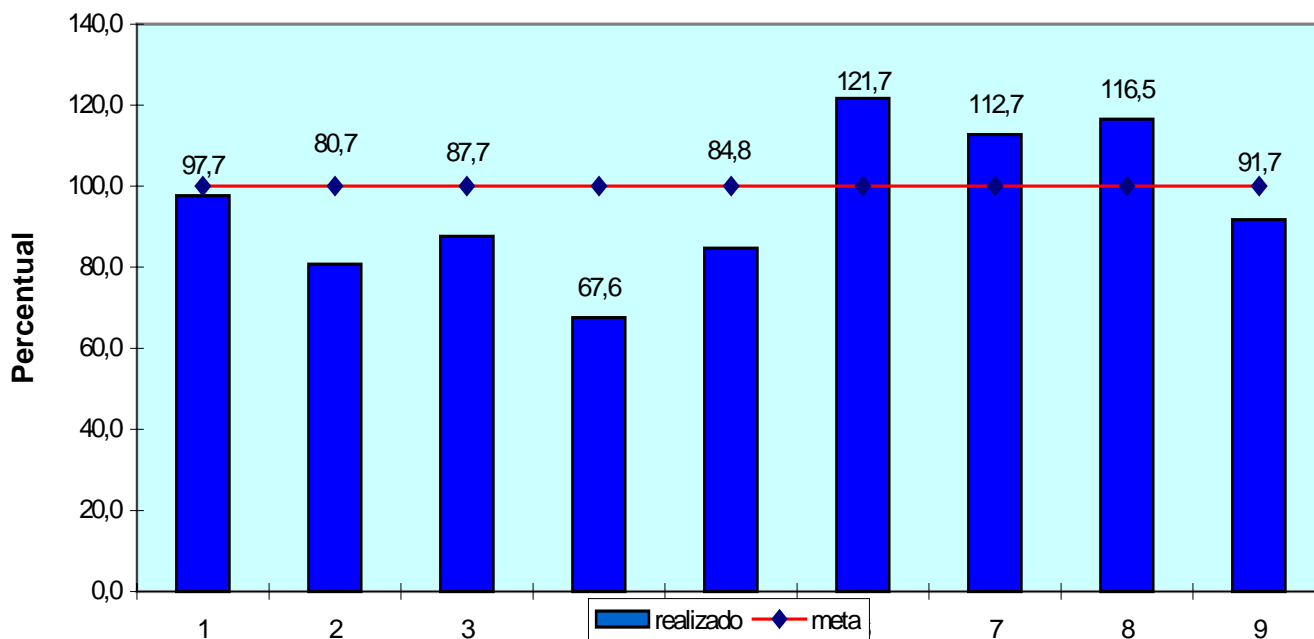
Os indicadores definidos refletem as principais vertentes de atuação do TCU: análise de processos, realização de fiscalizações e apreciação de atos de pessoal. Para cada uma delas, foram estabelecidas metas com elevado grau de desafio relacionado ao aumento da produtividade e da qualidade nos resultados das ações de controle.

A meta relativa à apreciação conclusiva de processos de controle externo, excetuados os de pessoal, foi praticamente cumprida, tendo alcançado 97,7% do objetivo. As metas específicas dessa atividade, representadas pelos indicadores 2 a 5, apesar de não terem sido plenamente atingidas, obtiveram resultado satisfatório. As metas relativas ao esforço e à qualidade das fiscalizações e a referente ao julgamento de atos de pessoal foram ultrapassadas.

Quadro nº 17 Resultado do TCU

Nº de Ordem	INDICADOR	META	REALIZADO	% de alcance
1	Processos apreciados de forma conclusiva	8.000	7.814	97,7%
2	Processos de contas de 2002 apreciados	1.990	1.606	80,7%
3	Processos de fiscalização de 2003 apreciados	536	469	87,7%
4	Processos de fiscalização de 2001 e 2002 apreciados	497	336	67,6%
5	Recursos apreciados	1.300	1.084	83,4%
6	Utilização de matriz de planejamento em auditorias de conformidade	60%	73,0%	121,7%
7	Homens-dias de fiscalização	36.000	40.580	112,7%
8	Atos de pessoal apreciados	75.000	87.345	116,5%
9	Atos de pessoal com indício de ilegalidade apreciados	1.800	1.651	91,7%

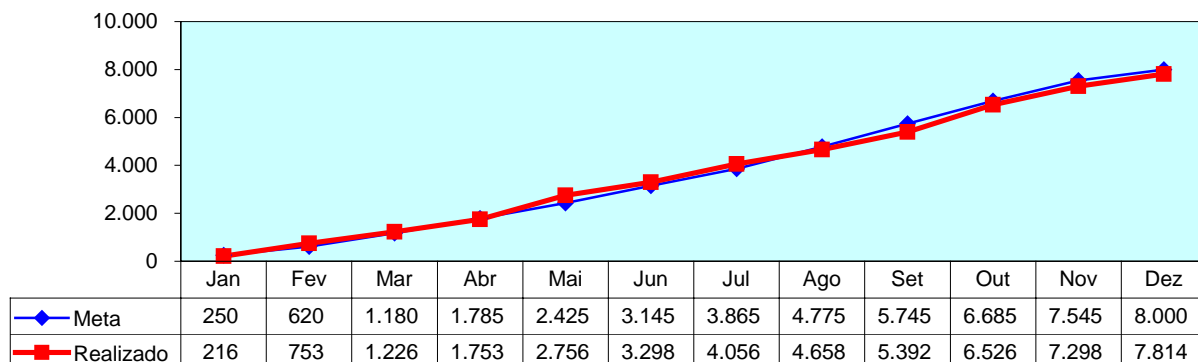
Gráfico nº 9 Percentual de alcance das metas



Evolução mensal dos indicadores estabelecidos para 2003

Foram apreciados conclusivamente 7.814 processos de controle externo, exceto os de pessoal, frente à meta estabelecida de 8.000 processos, conforme demonstrado no quadro a seguir. Observa-se que, durante o ano, a execução sempre mostrou-se bastante próxima do valor pactuado para a meta.

Gráfico nº 10
Total de processos apreciados conclusivamente (exceto pessoal)



Relativamente às contas apresentadas em 2002, o desempenho abaixo do previsto deveu-se, em grande parte, ao elevado número de processos conexos (denúncias, representações, fiscalizações) o que impediu o julgamento mais célere das contas. Ao final de 2003, por exemplo, havia 63 processos referentes a essa meta no estado de sobrestado em razão de outros em tramitação no Tribunal. Por isso, tais processos mereceram atenção especial no plano de 2004, para os quais foi estabelecida meta específica.

Deve-se ressaltar que a mesma sistemática foi adotada para as demais metas cujo resultado foi abaixo do desejado no ano de 2003, como se verifica nos gráficos de números 11 a 13.

Gráfico nº 11
Processos de contas autuados em 2002 apreciados conclusivamente

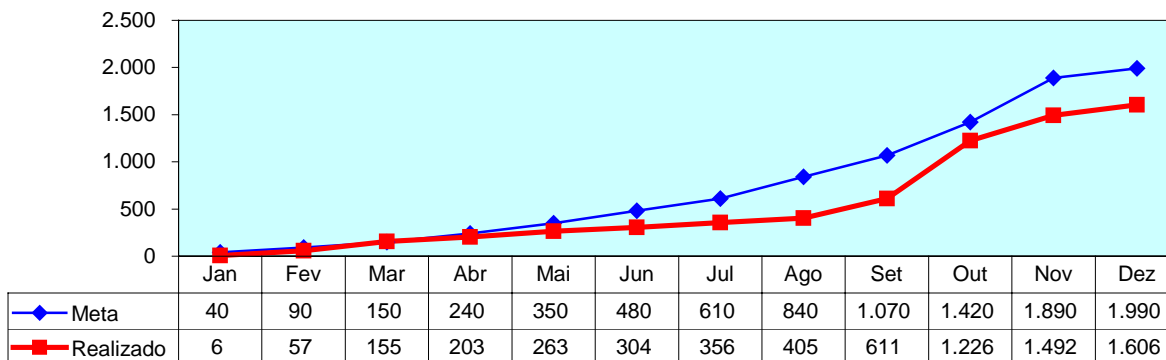


Gráfico nº 12
Processos de fisc. autuados em 2001 e 2002 aprec. conclusivamente

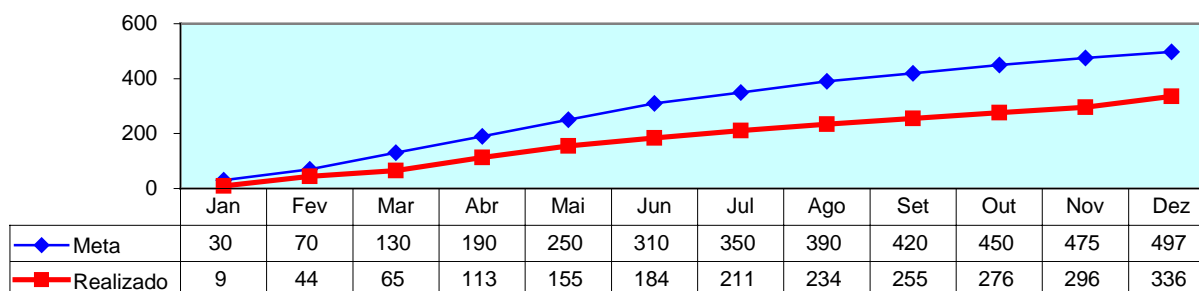


Gráfico nº13
Processos de fiscalização autuados em 2003 apreciados conclusivamente

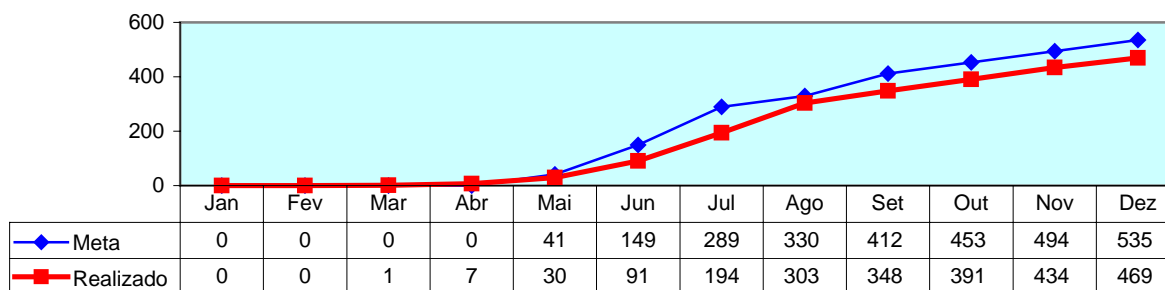
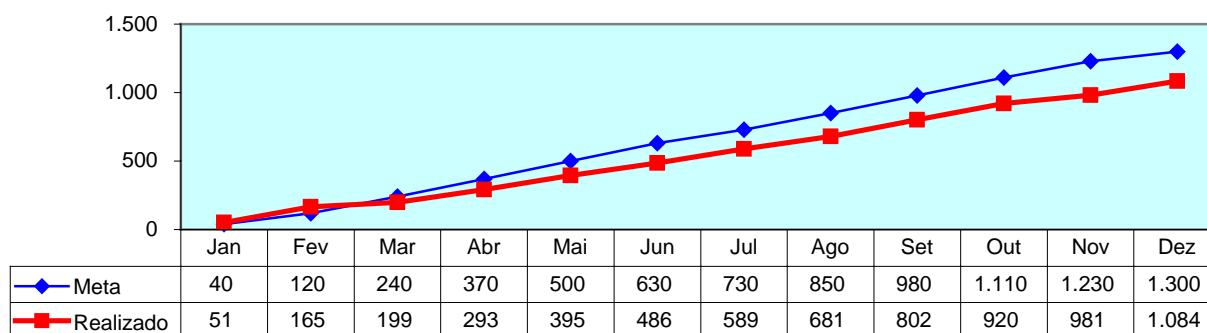


Gráfico nº 14
Recursos apreciados conclusivamente



Diversas metas obtiveram resultado acima do esperado. O indicador relativo a apreciação de outros processos de controle externo alcançou o valor de 4.301, aproximadamente 15% acima do valor pactuado de 3.768, conforme se verifica no gráfico 15. O mesmo observa-se com os atos de pessoal apreciados, cuja meta também foi superada em, aproximadamente, 15%, consoante o gráfico 16.

Gráfico nº 15
Outros processos de controle externo apreciados conclusivamente

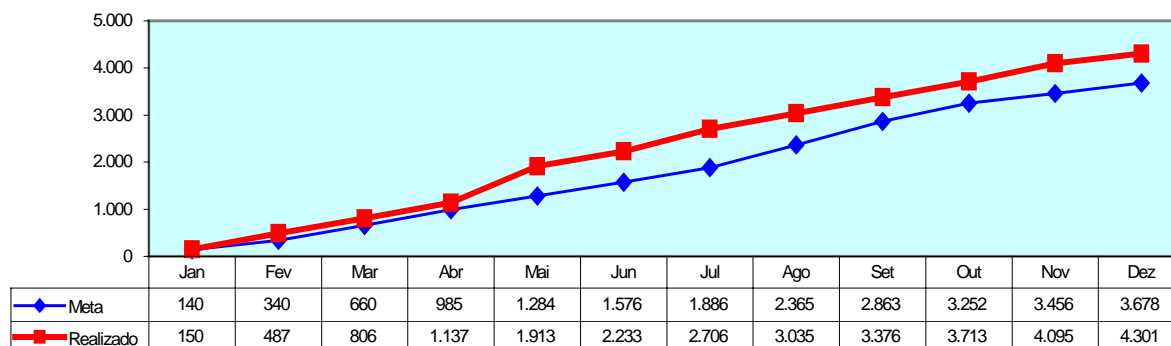
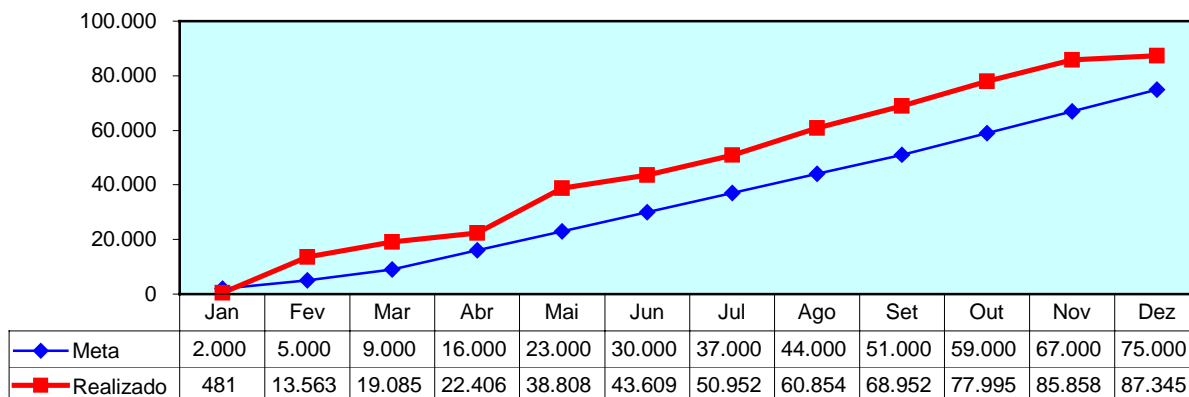
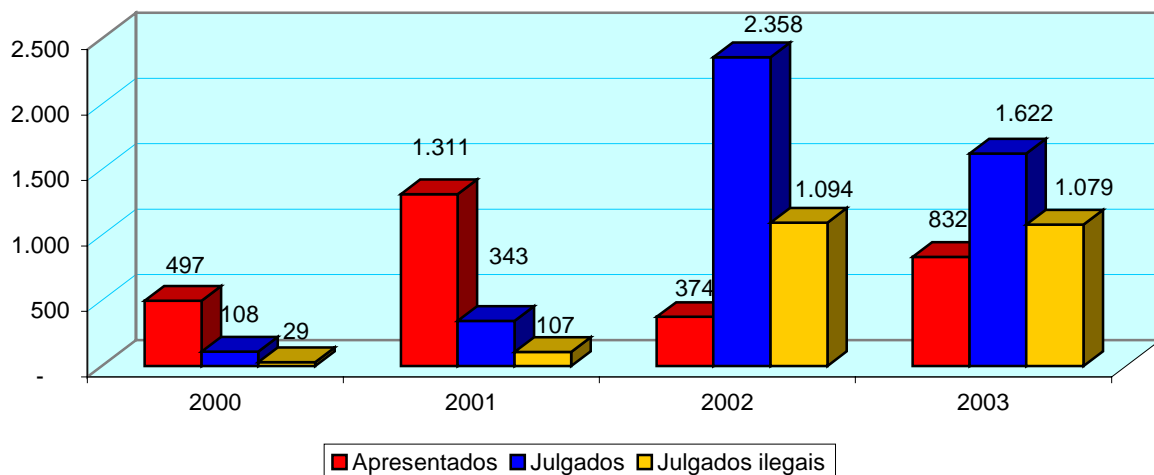


Gráfico nº 16
Atos de pessoal apreciados conclusivamente



Ainda no que se refere a apreciação de atos de admissão de pessoal e de concessões de aposentadoria, reforma e pensão, cumpre destacar o resultado expressivo verificado relativamente aos atos com parecer do controle interno pela ilegalidade. Com o estabelecimento de meta específica para esses atos, tem sido possível reverter a tendência que havia de formação de estoque. Em 2003, o quantitativo de atos com essa característica apreciados é praticamente o dobro do volume que ingressou no tribunal. O gráfico 17 retrata a evolução de atos de pessoal com parecer do controle interno pela ilegalidade, assim como dos atos de pessoal julgados ilegais.

Gráfico nº 17
Fluxo de atos com parecer do controle interno pela ilegalidade

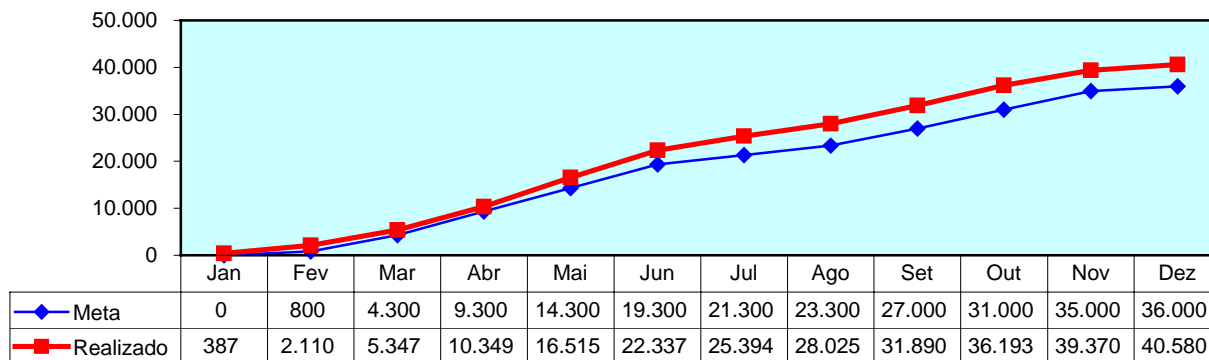


No que se refere a fiscalizações realizadas, o ano de 2003 foi marcado pelo aspecto qualitativo a elas conferido. Além de superar a meta quantitativa no que se refere aos homens-dias de fiscalização, conforme dispõe o gráfico 16, o TCU também logrou êxito no aspecto qualitativo de exigir a elaboração de matrizes de planejamento e de achados. Esses documentos têm como finalidades principais racionalizar a execução das auditorias, fundamentar o relatório e facilitar a revisão dos trabalhos entre outras. Especificamente quanto à matriz de planejamento o resultado alcançado (73%) superou a meta estabelecida (60%).

A realização de fiscalizações apresenta, historicamente, grande concentração no primeiro semestre de cada ano. Em 2003, no 1º semestre foi empreendido 69% do esforço previsto para o ano.

A redução do número de fiscalizações no segundo semestre foi acompanhada pela melhora no desempenho dos indicadores de apreciação conclusiva de processos de controle externo.

Gráfico nº 18
Homens-dia de fiscalização



Das diretrizes estabelecidas para o exercício de 2003, o TCU superou em, aproximadamente, 12% aquelas relacionadas ao incremento da qualidade e dos esforços nas atividades de fiscalização e em 16%, no que se refere à apreciação de atos de pessoal. As diretrizes relacionadas ao julgamento de processos, dado o desafio a elas inerente de se estabelecer valores que estimulam o aumento da produção, tiveram grau médio de alcance de cerca de 98% do valor pactuado para a meta, resultado expressivo quando se considera a redução contínua e gradativa, ano a ano, do estoque de processos de controle externo.

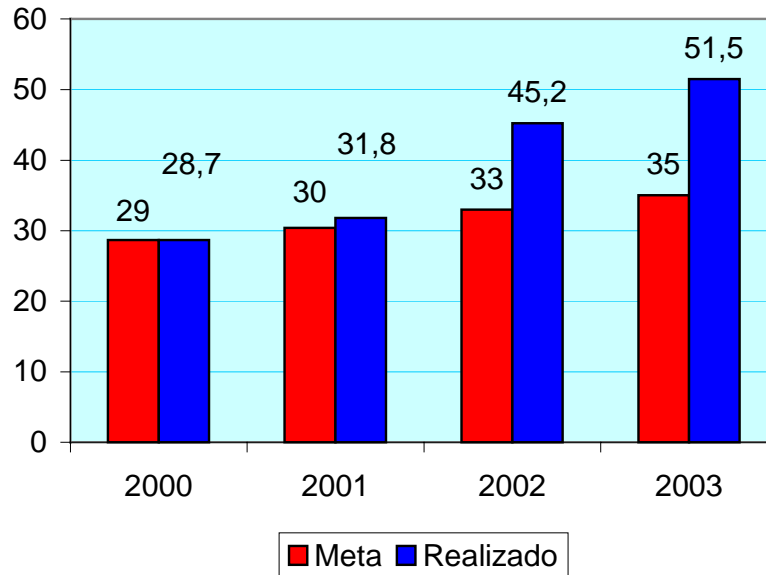
O Quadro nº 18 mostra a evolução do índice de apreciação de processos, indicador do TCU constante do Plano Plurianual 2000 - 2003 do Governo Federal (PPA). Observa-se que, ao final de 2003, o índice alcançado pelo TCU ultrapassou a meta definida de 35%, alcançando 51,5%, conforme se verifica no quadro a seguir.

Quadro nº 18
Índice de apreciação de processos definido no PPA

ITEM	VALORES			
	2000	2001	2002	2003
Processos apreciados no período de 01/01 a 31/12 (A)	11.641	11.586	14.285	14.452
Estoque em 31/12 do ano anterior (B)	32.701	27.923	21.056	16.337
Processos autuados no período de 01/01 a 31/12 (C)	7.873	8.541	10.515	11.748
Índice alcançado $\{A/(B+C)\}\%$	28,7%	31,8%	45,2%	51,5%

O gráfico nº 19 apresenta a evolução do índice do PPA em confronto com a meta, no período de 2000 a 2003.

Gráfico nº 19
Evolução do índice PPA



9. Conclusão

As organizações públicas estão inseridas em contexto de grandes mudanças e desafios. A aceleração da taxa de inovações tecnológicas; o imenso e crescente volume de informações, com o qual se faz necessário trabalhar a cada dia; a intensificação do uso da internet; a exigência de realização de alianças e parcerias, com a conseqüente necessidade de trabalho em rede; a inegável valorização de ativos intangíveis e os recentes modelos de negócio colaborativo; a complexidade das relações do Estado com a sociedade são fatores presentes e que exigem postura proativa das instituições.

A posição adotada pelo TCU, órgão integrante do setor público, não poderia ser diferente. Nesse sentido, o Tribunal, em 2003, estabeleceu referencial estratégico, de vigência quinquenal, sintonizado com as expectativas e demandas da sociedade e do Congresso Nacional. Ainda no exercício, adotou medidas que privilegiaram ações de diálogo público, de aprimoramento dos processos de trabalho e de ferramentas de controle, de valorização do servidor e de melhoria dos resultados organizacionais. O estabelecimento de diretrizes anuais, alinhadas com o plano estratégico, além de definir prioridades institucionais, tem conferido maior articulação entre unidades e iniciativas.

Destaco, aqui, a implementação de ações previstas no âmbito do Projeto de Apoio à Modernização do TCU, financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujo objetivo principal é ampliar a capacidade de fiscalização do Tribunal e melhorar, ainda mais, a eficiência e eficácia das ações de controle. É um projeto de longo prazo que contempla iniciativas nas áreas de fiscalização e controle, qualidade e gestão, valorização do servidor e diálogo público.

No que se refere à gestão de pessoas, foi aprovada a Lei nº 10.799, de 2003, que incrementou em seiscentos cargos o quadro de analista de controle externo. Isso permitirá reforçar a capacidade de trabalho e melhor preparar a instituição para enfrentar os crescentes e complexos desafios que se apresentam ao controle. Com relação ao mesmo assunto, foram implementadas ações relativas ao projeto de gestão de pessoas por competências, observado que nas instituições modernas é nítida a importância do capital humano. A iniciativa, as inovações e o conhecimento são inerentes às pessoas. Compreender, conhecer e saber lidar com esse capital intangível, antes de ser fator crítico de sucesso, é condição de sobrevivência das instituições públicas.

Conforme demonstram as abordagens trazidas neste trabalho, muito se fez em direção ao aperfeiçoamento de nossas atividades, mas, ainda, há muito a se fazer. É indispensável, portanto, continuar trilhando o caminho da modernização e do aprendizado constante.

Essa é a direção que, certamente, nos levará a concretizar a visão de futuro de sermos uma instituição de excelência no controle, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública.

